



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
Capucho - Bairro CENAF, Lote 7, Variante 2 - CEP 49081-000 - Aracaju - SE - <http://www.tre-se.jus.br>
(79) 3209-8694_selic@tre-se.jus.br

EDITAL DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO 90015/2025

PROCESSO SEI 0007523-46.2025.6.25.8000

ATENÇÃO

Em cumprimento à determinação do Tribunal de Contas da União (Acórdãos nºs [754/2015](#), [2.146/2022](#) e [316/2024](#) - Plenário), **alerta-se** para que as(os) licitantes analisem detalhadamente o Edital e os seus anexos para formular proposta/lance passível de cumprimento.

A prática injustificada de atos tais como não manter a proposta, deixar de entregar a documentação exigida para o certame, apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação, fraudar a licitação, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, dentre outras condutas previstas na Lei nº 14.133/2021, sujeitará a(o) licitante às sanções administrativas (penalidades) cabíveis, apuradas em regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

SUMÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DA LICITAÇÃO
CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO (E CORRESPONDENTES VEDAÇÕES)
CLÁUSULA TERCEIRA - DA VISTORIA / VISITA TÉCNICA
CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
CLÁUSULA QUINTA - DA CLASSIFICAÇÃO DA(S) PROPOSTA(S) E DA FORMULAÇÃO DE LANCES (ETAPA COMPETITIVA)
CLÁUSULA SEXTA - DO BENEFÍCIO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006
CLÁUSULA SÉTIMA - DA NEGOCIAÇÃO
CLÁUSULA OITAVA - DO JULGAMENTO DA(S) PROPOSTA(S)
CLÁUSULA NONA - DA ETAPA DE HABILITAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA - DA ETAPA RECURSAL
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (penalidades em sede de processo licitatório)
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, CNPJ 06.015.356/0001-85, doravante denominado **TRE-SE**, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, 49.081-000, Aracaju/SE, comunica às(aos) interessadas(os) que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, em meio **ELETRÔNICO**, em sessão pública instrumentalizada pelo Sistema de Compras do Governo Federal, dirigida por sua(seu) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela Equipe de Apoio, designadas(os) pela Portaria TRE-SE 318/2023, e regida pela Lei 14.133/2021, pela Lei 8.078/1990, pela Lei 8.159/1991, pela Lei 13.709/2018, pela Lei 12.682/2021, pela Lei Complementar 123/2006, pelo Decreto-Lei 2.848/1940, pelos Decretos 8.538/2015 e 11.246/2022, pelas Resoluções CNJ 347/2020 e 468/2022, pelas Resoluções TSE 23.644/2021 e 23.702/2022, pelas Resoluções TRE-SE 120/2015 e 10/2019, pela IN SLTI/MP 01/2010, pela IN SGD/ME 94/2022 e pela IN SEGES/ME 73/2022, bem como subordinada às condições e às exigências estabelecidas neste Ato Convocatório e em seu(s) Anexo(s), e terá como fonte para seu pagamento recursos orçamentários e financeiros oriundos do Orçamento Geral da União.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Dia: 17/11/2025.

Horário: 9h (horário de Brasília/DF).

Endereço eletrônico: <http://www.gov.br/compras> (Portal Compras.gov.br).

Código UASG: 070012.

Prazo para entrega: até 60 (sessenta) dias contados do recebimento/retirada da Nota de Empenho ou da assinatura do Contrato, conforme o caso.

Vigência da contratação: 120 (cento e vinte) dias contados do recebimento/retirada da Nota de Empenho ou da assinatura do Contrato, conforme o caso.

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM.

Modo de Disputa: ABERTO.

Programa(s) de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0028/Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral. PTRES: 167686.

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 1.1 Esta licitação tem por objeto a **aquisição de scanners digitais**, conforme condições e exigências estabelecidas neste Instrumento e em seu(s) anexo(s).
- 1.2 A licitação será realizada em 2 (dois) itens:

Item	Descrição	Catmat/Catser	Variável (quantidade)	Valor Unitário Estimado	Valor Estimado da Contratação
1	Scanner A3	326410	02	R\$ 46.000,00	R\$ 92.000,00
2	Scanner planetário	606300	01	R\$ 105.560,00	R\$ 105.560,00
TOTAL DA CONTRATAÇÃO					R\$ 197.560,00

1.2.1 O detalhamento do objeto encontra-se delineado no Anexo TERMO DE REFERÊNCIA e no Anexo ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

CLÁUSULA SEGUNDA
DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO (E CORRESPONDENTES VEDAÇÕES)

2.1 Do Credenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf)

2.1.1 Para participar do Pregão Eletrônico, a(o) licitante deverá se credenciar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) e obter chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema de Compras do Governo Federal (<http://www.gov.br/compras>).

2.1.1.1 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da(o) licitante ou de sua(seu) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

2.1.2 O uso da senha de acesso ao Portal Compras.gov.br é de inteira e exclusiva responsabilidade da(o) licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por sua(seu) representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE-SE responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que provocados por terceiros pessoas.

2.1.3 As(Os) licitantes ou suas(seus) representantes legais deverão estar previamente credenciadas(os) junto ao órgão provedor no **prazo mínimo de 3 (três) dias úteis** antes da data de realização deste Pregão Eletrônico.

2.1.4 Não será admitido o consórcio de licitantes.

2.1.5 É de responsabilidade da(o) licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos referidos Sistemas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.1.5.1 A não observância do disposto no item 2.1.5 poderá ensejar exclusão da(o) licitante no momento da habilitação.

2.1.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas, quando admitida sua participação, mencionadas no artigo 16, da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos na Lei Complementar 123/2006 e no Decreto 8.538/2015.

2.1.7 Orientações a respeito do acesso ao Portal Compras.gov.br e demais procedimentos detalhando sua operacionalização estão disponíveis no *Manual Operacional do Pregão Eletrônico - Visão Fornecedor* (<https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/manuais/>).

2.2 Das Declarações

2.2.1 No ato de registro da proposta, a(o) licitante assinalará “sim” ou “não”, em campo próprio do sistema eletrônico, referente a declarações firmadas nos seguintes termos:

a) Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do Ato Convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

b) Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

c) Atendo aos requisitos de habilitação previstos no Instrumento Convocatório.

d) Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade Contratante.

e) Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

f) Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

g) Cumpro o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

h) Observo os incisos III e IV do artigo 1º e cumpro o disposto no inciso III do artigo 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

i) Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

j) Declaro, sob as penas da Lei, que cumpro os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, sendo apta(o) a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar [no caso de licitante enquadrada(o) como microempresa ou empresa de pequeno porte e cooperativa (quando admitida a participação dessa última) que deseje usufruir da preferência estabelecida nos aludidos regimentos].

j.1) Na hipótese de a licitação ser destinada à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte (cota reservada), a assinalação do campo “não” impedirá o seu prosseguimento no certame no item respectivo.

2.2.2 Em havendo outras declarações a serem prestadas, disponibilizadas pelo Sistema Comprasgov, estas também deverão ser preenchidas/assinaladas.

2.2.3 Caso a(o) fornecedora(fornecedor) não formalize as declarações, poderá ser impedida(o) de enviar a proposta ou ser inabilitada(o), conforme aviso emitido pelo sistema.

2.2.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a(o) licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

2.2.4.1 A falsa declaração relativa ao enquadramento como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) e cooperativa (quando admitida a participação dessa última) pode configurar fraude à licitação e sujeitar a(o) licitante, AINDA QUE NÃO LOGRE PROVEITO, à declaração de inidoneidade para participar de certames da Administração Pública Federal ou daqueles em que haja utilização de recursos federais ([Acórdão 2294/2022 - TCU - Plenário](#)).

2.3 Da verificação de existência de sanção administrativa (penalidade) que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

2.3.1 A verificação de eventual existência de sanção impeditiva será realizada pela(o) Pregoeira(o) logo após o encerramento da etapa competitiva (fase de lances), de acordo com a ordem de classificação das(os) licitantes, por meio de consulta aos seguintes cadastros:

a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf).

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:10614424770367::NO:3,4,6::>).

2.3.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” do item **2.3.1** pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

2.3.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de sua(seu) sócia(o) majoritária(o), por força do artigo 12 da Lei 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas à(o) responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia(o) majoritária(o).

2.3.2 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor (Sicaf) a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a(o) Pregoeira(o) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

2.3.3 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

2.3.4 A(O) licitante será convocada(o) para manifestação previamente à sua eventual desclassificação.

2.4 Não poderão participar deste certame, conforme o caso:

2.4.1 Empresas cujos estatutos ou contratos sociais não incluam o objeto deste Pregão;

2.4.2 Aquela(e) que não atenda às condições deste Ato Convocatório e de seu(s) anexo(s);

2.4.3 Autora(Autor) do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.4.4 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual a(o) autora(autor) do projeto seja dirigente, gerente, controladora(controlador), acionista ou detentora(detentor) de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnica(o) ou subcontratada(o), quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele necessários;

2.4.5 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.4.5.1 O impedimento de que trata o item **2.4.5** será também aplicado à(ao) licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da(o) licitante.

2.4.6 Aquela(e) que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente pública(o) que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheira(o) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.4.7 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

2.4.8 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadoras(es) a condições análogas às de escrava(o) ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.4.9 Agente pública(o) do órgão ou entidade licitante;

2.4.9.1 A vedação de que trata o item **2.4.9** estende-se a terceira pessoa que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializada(o), funcionária(o) ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.4.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.4.11 Direta ou indiretamente, da licitação ou da execução contratual, agente pública(o) do órgão ou entidade Contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.5 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, a(o) autora(autor) dos projetos e a empresa a que se referem os itens **2.4.3** e **2.4.4** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.6 Equiparam-se às(aos) autoras(es) do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.7 O disposto nos itens **2.4.3** e **2.4.4** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo da(o) CONTRATADA(O) a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.8 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea, **nos termos da Lei nº 14.133/2021**.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA VISTORIA / VISITA TÉCNICA

3.1 Em razão da natureza do objeto, não há previsão de vistoria/visita técnica prévia.

CLÁUSULA QUARTA

DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 A(O) licitante deverá encaminhar proposta em conformidade à descrição do objeto ofertado, a partir de **05 de NOVEMBRO de 2025**, data da publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União (DOU), Seção 3, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública (**17 de NOVEMBRO de 2025**), em campo específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

4.1.1 Até a abertura da sessão pública, as(os) licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.1.1.1 As(Os) licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar todos os projetos, especificações e planilhas fornecidos, quando for o caso, para execução do objeto, cabendo-lhes, no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem ainda, transgressões a Normas Técnicas ou regulamentos, formular imediata comunicação ao TRE-SE, para fins de esclarecimento, no **prazo de até 3 (três) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

4.1.2 O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias contado de sua recepção, contando-se para esse fim a data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Ato Convocatório**.

4.1.3 As(Os) licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem **válidos** do Sicaf, assegurado às(aos) demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

4.1.3.1 É dever da(o) licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Sicaf para que estejam vigentes na data de recebimento das propostas.

4.1.3.1.1 O descumprimento dessa obrigação implicará a inabilitação da(o) licitante, exceto nas hipóteses do artigo 64 da Lei 14.133/2021 e se a consulta feita pela(o) Pregoeira(o) aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

4.1.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e, quando admitida sua participação, as sociedades cooperativas deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, da LC nº 123/2006.

4.1.4.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o **prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação (Decreto 8.538/2015, artigo 4º, § 2º, inciso I)**, prorrogável por igual período, a critério da(o) Pregoeira(o), para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.1.4.1.1 A não-regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Instrumento, sendo facultado à(ao) Pregoeira(o) convocar as(os) licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

4.2 A proposta deverá contemplar/observar:

4.2.1 Preços, em moeda corrente nacional, observando-se as especificações indicadas nos anexos a este Instrumento e inclusos os encargos ou as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, transportes, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.

4.2.2 Especificações do objeto e prazos conforme previsto no Edital.

4.2.2.1 O encaminhamento da proposta implica adesão à descrição complementar constante do(s) anexo(s) a este Instrumento.

4.2.2.1.1 É desnecessária a repetição dos termos constantes da descrição complementar.

4.2.2.1.2 Não será considerado o preenchimento do campo em desconformidade com a descrição complementar.

4.3 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e de julgamento da proposta.

4.4 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da(o) licitante melhor classificada(o) somente serão disponibilizados para avaliação da(o) Pregoeira(o) e para acesso público após o encerramento do envio de lances e em momento próprio.

4.5 A(O) licitante será responsabilizada(o) formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por sua(seu) representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema, do órgão ou da entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiras pessoas.

4.5.1 Será responsável, ainda, pelo acompanhamento das operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, suportando o ônus decorrente da perda de negócios, em razão da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

CLÁUSULA QUINTA

DA CLASSIFICAÇÃO DA(S) PROPOSTA(S) E DA FORMULAÇÃO DE LANCES (ETAPA COMPETITIVA)

5.1 A(O) Pregoeira(o), via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e no horário previstos neste Ato Convocatório, com a divulgação das propostas recebidas.

5.1.1 A(O) Pregoeira(o) procederá à verificação da conformidade das propostas quanto ao objeto, desclassificando fundamentadamente as que não atenderem às exigências deste Edital.

5.1.2 A proposta somente será classificada para a etapa competitiva se atender aos requisitos **de cada item**.

5.2 Aberta a sessão pública, na fase de lances, a(o) licitante poderá encaminhá-los **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informada(o) de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

5.2.1 O **modo de disputa será aberto** e os lances serão ofertados **pelo valor total de cada item**.

5.2.2 A(O) licitante poderá oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação.

5.2.3 A(O) licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela(e) ofertado e registrado no sistema eletrônico, **observado o intervalo de diferença entre os lances de, no mínimo, 0,5% (cinco décimos por cento)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

5.2.4 Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for primeiro recebido e registrado.

5.2.5 A(O) Pregoeira(o) ou a Comissão de Contratação, quando a(o) substituir, poderá, durante a disputa, **como medida excepcional**, excluir o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, **mediante comunicação eletrônica automática via sistema**.

5.3 Durante a sessão pública, as(os) licitantes serão informadas(os), em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da(o) respectiva(o) proponente.

5.4 A etapa de lances durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico, quando houver lance ofertado **nos últimos 2 (dois) minutos** do período de duração desta etapa.

5.4.1 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

5.4.2 Não havendo novos lances, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

5.5 Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema eletrônico, poderá a(o) Pregoeira(o) [ou a comissão de contratação, quando a(o) substituir], assessorada(o) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço, notadamente se a diferença entre a melhor proposta (lance) e aquela classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**.

5.6 Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no artigo 60, da Lei nº 14.133/2021, inclusive na hipótese de não haver o envio de lances após o início da etapa competitiva.

5.6.1 Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o artigo mencionado no item **5.6**, será realizado o **sorteio** das propostas empatadas no próprio sistema de compras governamentais.

CLÁUSULA SEXTA

DO BENEFÍCIO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006

6.1 Será adotado o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 e no Decreto 8.538/2015, conforme detalhado nesta Cláusula.

6.1.1 A obtenção de benefícios a que se refere esta Cláusula fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, **no ano-calendário de realização da licitação**, ainda não tenham celebrado Contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir da(o) licitante declaração de observância desse limite na licitação.

6.1.2 Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, **se esta for empresa de maior porte**, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.1.2.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de **até 5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.1.2.2 A melhor classificada nos termos do item **6.1.2.1** terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.1.2.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas(os) as(os) demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item **6.1.2.2**.

6.1.2.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a(o) vencedora(vencedor) para o encaminhamento da oferta final do desempate.

6.2 A(O) licitante convocada(o) que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema, terá precluso o direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.3 Na hipótese de não incidência da preferência prevista nesta Cláusula, o procedimento licitatório prossegue com as(os) demais licitantes.

6.4 O benefício a que alude o item **6.1** estende-se às sociedades cooperativas (quando admitida a sua participação), nos termos do artigo 34 da Lei 11.488/2007.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA NEGOCIAÇÃO

7.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a(o) Pregoeira(o) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à(ao) licitante que tenha apresentado o melhor preço para o item, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital ([Acórdão TCU 2.622/2021](#)-Plenário).

7.1.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas(os) demais licitantes.

CLÁUSULA OITAVA
DO JULGAMENTO DA(S) PROPOSTA(S)

8.1 Deverá(ão) a(o)(s) licitante(s) classificada(o)(s) em **1º (primeiro) lugar**, exclusivamente por meio da opção "Enviar Anexo" no Portal Compras.gov.br, no **prazo concedido pela(o) Pregoeira(o), que será de no mínimo 2 (duas) horas** contadas da convocação, prorrogável nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 (artigo 29, § 2º):

8.1.1 Apresentar informações comprobatórias das características solicitadas, mediante a remessa de documentos fornecidos pela(o) fabricante do produto, tais como catálogos, manuais, fichas de especificação técnica, prospectos, portfólios e/ou informações obtidas em sítios oficiais da(o) fabricante na Internet, devendo-se, nesse caso, fornecer URL (Uniform Resource Locator) ou apresentar declaração da(o) fabricante.

8.1.1.1 Na hipótese de os catálogos, manuais, folhetos técnicos, página na web ou declaração da(o) fabricante [desde que ela(e) não seja a(o) própria(o) licitante] não apresentarem explicitamente as informações comprobatórias de algum dos itens de especificação, a(o) licitante deverá indicar essa condição em sua proposta, responsabilizando-se pela informação fornecida e/ou apresentando outra fonte que possa esclarecer eventuais dúvidas.

8.1.1.2 A(O) licitante fica dispensada(o) de encaminhar catálogos, manuais, folhetos técnicos ou declaração da(o) fabricante, caso sejam indicados links em páginas da WEB para comprovação mencionada.

8.1.2 Apresentar comprovação (part number ou código de identificação) de que a garantia foi contraída da(o) fabricante, devendo a referida comprovação ser apresentada com a proposta.

8.1.2.1 Na ausência de part number ou do código de identificação, a(o) fornecedora(fornecedor) deverá apresentar declaração da(o) fabricante, atestando que o produto possui garantia de, no mínimo, **4 (quatro) anos**.

8.4 A documentação exigida no item **8.1** deve ser apresentada preferencialmente em português (Brasil).

8.5 Será aplicada a margem de preferência prevista no [art. 26 da Lei 14.133/2021](#), regulamentado pelo [Decreto 11.890/2024](#).

8.5.1 Os itens se enquadram no código 8741, indicado no Anexo da Resolução [SEGES-CICS/MGI nº 4, de 18/10/2024](#), equipamentos contemplados por uma margem normal de 10% e uma margem adicional também de 10%.

8.5.2 Para fazer jus à margem de preferência a que alude o item **8.5**, a(o) licitante deverá apresentar, no momento da habilitação, um dos seguintes documentos, conforme o caso, que comprove o atendimento das regras de origem e das regras de qualificação de que tratam os artigos 3º e 4º da Resolução [SEGES-CICS/MGI nº 4, de 18/10/2024](#):

8.5.2.1 impressão da tela da página da consulta CFI / Credenciamento FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, disponível no sítio eletrônico https://ws.bndes.gov.br/cfi_catalogo/, em que conste a marca ou o fabricante e o modelo ou a versão do item ofertado, bem como o código CFI do produto;

8.5.2.2 impressão da tela da página da consulta CFI / Credenciamento FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, disponível no sítio eletrônico https://ws.bndes.gov.br/cfi_catalogo/, em que conste a marca ou o fabricante e o modelo ou a versão do item ofertado, e a expressão "TIPO A", bem como o código CFI do produto;

8.5.2.3 impressão da tela da página da consulta de empresas habilitadas, produtos e modelos aprovados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, disponível no sítio eletrônico <https://inovacaodigital.mcti.gov.br/leiDeInformatica/empresasHabilitadas>, em que conste o produto e o modelo do item ofertado;

8.5.2.4 impressão da tela da página da consulta de empresas com reconhecimento de produtos desenvolvidos no país do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, disponível no sítio eletrônico <https://inovacaodigital.mcti.gov.br/leiDeInformatica/empresasProdutosModelosTecnac>, em que conste o produto e o modelo do item ofertado.

8.5.3 Caso não sejam apresentados esses documentos indicados no item **8.5.2**, ou, na hipótese de eles serem apresentados de forma incompleta ou ilegível, a margem de preferência a que alude o item **8.5** não será aplicada e a(o) licitante não poderá reclamar a aplicação do benefício posteriormente.

8.6 O envio de arquivos a que alude o item **8.1** somente será admitido por outro meio, de forma excepcional, em situação justificada e autorizada pela(o) Pregoeira(o), desde que observados os princípios da publicidade e da transparência.

8.7 A(O) Pregoeira(o), com o suporte da Equipe de Apoio à Contratação (EAC), se necessário, avaliará os documentos e informações apresentados e fará constar dos autos as informações a respeito da conformidade ou não às especificações, por meio de pronunciamento técnico conclusivo pela aprovação ou pela reprovação da proposta da(o) licitante.

8.7.1 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no *chat* do sistema.

8.8 A(O) Pregoeira(o) poderá conceder prorrogação do prazo de apresentação das comprovações exigidas, mediante justificativa plausível da(o) licitante acolhida pela(o) Pregoeira(o).

8.9 A ausência de alguma especificação nos documentos apresentados pela(o) licitante não ensejará a sua imediata desclassificação. Nesse caso serão efetuadas diligências para sanear a pendência.

8.10 Se as especificações apresentadas pela(o) licitante melhor classificada(o) não forem aceitas, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pela(o) segunda(o) classificada(o), seguindo-se com a verificação dos documentos, e assim sucessivamente, até a verificação de uma(um) que atenda às especificações constantes do Edital.

8.11 Não será aceita a proposta que:

8.11.1 Contiver vícios insanáveis.

8.11.2 Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no Edital.

8.11.3 Registrar preço acima do orçamento estimado para a contratação (valor de referência).

8.11.4 Apresentar preços unitários superior(es) ao(s) respectivo(s) valor(es) constante(s) do Termo de Referência anexo a este Instrumento, quando couber.

8.11.5 Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração.

8.11.5.1 É indício de inexecuibilidade da proposta (lance) preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor de referência adotado pelo TRE-SE para o certame.

8.11.5.2 A(O) Pregoeiro(a), ao analisar a proposta apresentada, dará à(ao) licitante a oportunidade de demonstrar a respectiva exequibilidade ([Súmula TCU 262](#) e artigo 34 da [IN SEGES/ME 73/2022](#)).

8.12 A(O) licitante que abandonar o certame, deixando de sanear as incorreções eventualmente apontadas no prazo estipulado pela(o) Pregoeira(o) e/ou de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada(o) e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Instrumento.

8.13 Se a proposta não for aceitável, ou se a(o) licitante não atender às exigências de habilitação, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

CLÁUSULA NONA
DA ETAPA DE HABILITAÇÃO

9.1 A habilitação da(o)(s) licitante(s) provisoriamente classificada(o)(s) em 1º (primeiro) lugar será julgada com base nos documentos encaminhados, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, após a aceitação da proposta.

9.1.1 O envio da documentação a que alude o item **9.1** somente será admitido por outro meio, de forma excepcional, em situação justificada e autorizada pela(o) Pregoeira(o), desde que observados os princípios da publicidade e da transparência.

9.2 Para as **habilitações fiscal, social e trabalhista**, serão exigidos:

9.2.1 Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

9.2.2 Inscrição no cadastro de contribuintes estadual/distrital, relativo ao domicílio ou sede da(o) licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.2.3 Regularidade perante a Fazenda federal e a Fazenda estadual/distrital do domicílio ou sede da(o) licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.2.4 Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

9.2.5 Regularidade perante a Justiça do Trabalho.

9.2.6 O cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

9.3 Para fins de habilitação econômico-financeira, a(o) licitante deve apresentar certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da(o) licitante (artigo 69, II, da Lei nº 14.133/2021).

9.4 Dispensa-se habilitação técnica.

9.5 Se a(o) licitante provisoriamente classificada(o) em 1º (primeiro) lugar não for habilitada(o), a(o) Pregoeira(o) procederá conforme o item **8.13**.

CLÁUSULA DÉCIMA DA ETAPA RECURSAL

10.1 À(Ao) licitante é possível recorrer no prazo de **3 (três) dias úteis** contado da data de intimação ou de lavratura do Relatório de Julgamento (Ata):

10.1.1 Do julgamento das propostas.

10.1.2 Do ato de habilitação ou inabilitação.

10.1.3 Da anulação ou revogação da licitação.

10.2 Dispondo o recurso sobre o *judgamento das propostas* ou sobre o *ato de habilitação ou inabilitação de licitante*, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

10.2.1 O prazo para manifestar intenção de recurso será configurado pela(o) Pregoeira(o) no curso da sessão pública, respeitando-se o mínimo de 10 (dez) minutos definido pelo próprio sistema.

10.2.2 Na hipótese de adoção da inversão de fases, o prazo para apresentação das **razões recursais (3 dias úteis)** será iniciado na data de lavratura do Relatório de Julgamento (Ata).

10.2.3 A apresentação do recurso se dará em **fase única**.

10.3 O recurso deverá ser encaminhado em campo próprio do sistema eletrônico (<http://www.gov.br/compras>) e dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis** contados do recebimento dos autos.

10.4 O recurso interposto fora do prazo não será conhecido.

10.5 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.6 O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.7 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10.8 Será assegurado à(ao) licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

11.1 Encerradas as fases de julgamento e de habilitação, e exaurido(s) o(s) recurso(s) administrativo(s), quando existente(s), o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

11.1.1 Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

11.1.2 Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades.

11.1.3 Revogar a licitação por motivo de conveniência e de oportunidade.

11.1.3.1 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

11.1.4 Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiras pessoas, sempre que presente ilegalidade insanável.

11.1.4.1 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

11.1.4.2 Nos casos de anulação e de revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação das(os) interessadas(os).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO

12.1 Homologado o resultado deste Pregão Eletrônico, a(o) licitante vencedora(vencedor) será convocada(o) para recebimento/retirada da nota de empenho ou assinatura do Contrato, conforme for o caso, dentro do **prazo de 2 (dois) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.1.1 Poderá ser acrescentada, ao Contrato a ser assinado, qualquer vantagem apresentada pela(o) licitante vencedora(vencedor) em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

12.2 O prazo para recebimento/retirada da nota de empenho ou assinatura do Contrato, conforme for o caso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela(o) licitante vencedora(vencedor) durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo TRE-SE.

12.3 Por ocasião do recebimento/retirada da nota de empenho ou da assinatura do Contrato, conforme for o caso, verificar-se-á, por meio do Sicafe e de outros meios, se a(o) licitante vencedora(vencedor) mantém as condições de habilitação.

12.4 Quando a(o) licitante convocada(o) não receber/retirar a nota de empenho ou não assinar o Contrato, conforme for o caso, no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada(o) outra(o) licitante para assiná-lo após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

12.4.1 A recusa injustificada da(o) adjudicatária(o) em receber/ retirar a nota de empenho ou assinar o Contrato, conforme for o caso, no prazo estabelecido nesta cláusula caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a(o) sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas neste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar Edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, exclusivamente** por meio do endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.

13.1.1 O pedido de esclarecimento ou de impugnação enviado depois do encerramento das atividades do dia **será considerado recebido no primeiro dia útil de expediente seguinte**, no TRE-SE, cujo horário de funcionamento é das **07:00h às 13:00h**.

13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no **prazo de até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e **vinculará as(os) participantes e a Administração**.

13.2.1 O pedido de esclarecimento ou a impugnação e sua resposta estarão disponíveis no Portal Compras.gov.br e no endereço eletrônico <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/licitacoes> (pesquisar pelo ano do pregão e, em seguida, pelo número).

13.2.2 A resposta da(o) Pregoeira(o), quando necessário, será embasada em pronunciamento prévio da Equipe de Planejamento da Contratação.

13.3 As impugnações e os pedidos de esclarecimento **não possuem efeito suspensivo**, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pela(o) Pregoeira(o), nos autos do processo de licitação.

13.4 Acolhida a impugnação e se ela afetar a formulação das propostas, a Administração poderá reavaliar o procedimento de contratação e, se for o caso, designar nova data para a realização do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
(penalidades em sede de processo licitatório)

14.1 À(Ao) licitante que, convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta, incidir nas condutas adiante relacionadas, poderá ser aplicada a penalidade de:

14.1.1 Impedimento de licitar e de contratar com a União:

14.1.1.1 Por até 2 (dois) meses, quando deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

14.1.1.2 Por até 4 (quatro) meses:

a) Quando ensejar o retardamento da execução do certame.

a.1) O retardamento na execução do certame referido é qualquer ação ou omissão da(o) licitante que prejudique o bom andamento do certame e/ou evidencie tentativa de indução a erro no julgamento.

b) Quando não mantiver a proposta.

b.1) A não manutenção da proposta verifica-se pela recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda, pelo pedido da(o) licitante para desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou de falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.

14.1.1.3 Por até 12 (doze) meses, quando recusar-se a receber/assinar o respectivo Instrumento Contratual.

14.1.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos** e máximo de **6 (seis) anos**:

14.1.2.1 Quando apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

14.1.2.2 Quando fraudar a licitação.

14.1.2.3 Quando se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza durante a licitação.

14.1.2.4 Quando praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

14.1.2.5 Quando praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da [Lei nº 12.846](#), de 1º de agosto de 2013.

14.2 Quando a ação ou omissão da(o) licitante ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comina a sanção mais grave.

14.3 A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.4 Para aplicação das sanções previstas, deve ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (duas/dois) ou mais servidoras(es) estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a(o) licitante para, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.4.1 A intimação da(o) licitante se dará por meio do(s) endereço(s) eletrônico(s) cadastrado(s) no Sicaf (Nível 1 - Credenciamento).

14.5 A competência para aplicação da penalidade de impedimento de licitar e de contratar com a União é da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cabendo recurso no **prazo de 15 (quinze) dias úteis** contado da data da intimação.

14.6 A competência para a **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** é da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cabendo Pedido de Reconsideração no **prazo de 15 (quinze) dias úteis** contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contado do seu recebimento.

14.7 A intimação da(o) licitante acerca da decisão de penalidade, inclusive em sede de Recurso e/ou de Pedido de Reconsideração, será efetivada mediante publicação de Aviso no Diário Oficial da União (DOU) e/ou encaminhamento da íntegra da decisão por meio do(s) endereço(s) cadastrado(s) no Sicaf (Nível 1 - Credenciamento).

14.8 Na hipótese de eventual instauração de processo administrativo sancionatório, a respectiva instrução processual competirá:

14.8.1 À Seção de Licitações (SELIC), nas hipóteses de atos infracionais praticados no curso da licitação.

14.8.2 À Seção de Contratos (SECON), nas hipóteses de atos infracionais praticados após a adjudicação do objeto.

14.9 Infrações verificadas no decorrer da vigência contratual encontram-se disciplinadas no Termo de Referência anexo a este Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DO FORO

15.1 As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 É facultada à(ao) licitante a complementação referente a documento ausente, comprobatório de condição atendida quando da apresentação de sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, atestando condição preexistente à abertura da sessão pública do certame, o qual deverá ser solicitado e avaliado pela(o) Pregoeira(o) (Acórdãos TCU Plenário [1.211/2021](#) e [966/2022](#)).

16.1.1 O encaminhamento da documentação complementar deve observar o prazo estipulado pela(o) Pregoeira(o), que será de **no mínimo 2 (duas) horas**, podendo ser prorrogado, desde que acolhida a justificativa da(o) licitante, se não for possível o saneamento por meio de consulta a sítios oficiais disponíveis na Internet.

16.2 No julgamento das propostas e da habilitação, a(o) Pregoeira(o) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em relatório de julgamento (ata) e acessível às(aos) licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e de habilitação, observado o disposto na Lei 9.784/99.

16.3 Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências com vistas ao saneamento de erros/falhas ou comprovação da veracidade das informações prestadas, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema eletrônico (<http://www.gov.br/compras>) com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência.

16.4 Em caso de desconexão da(o) Pregoeira(o) nas fases de lances, aceitação e habilitação, o sistema eletrônico (<http://www.gov.br/compras>) poderá permanecer acessível às(aos) licitantes, retornando a(o) Pregoeira(o) quando possível, sem prejuízo dos atos realizados.

16.4.1 Verificada a desconexão por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública poderá ser suspensa e reiniciada após decorridas, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas**, após a comunicação do fato às(aos) participantes no sítio eletrônico utilizado para a divulgação (<http://www.gov.br/compras>).

16.5 Poderá a(o) Pregoeira(o), na hipótese de ato administrativo equivocado, invocar o Poder-Dever pertinente à Administração Pública, para rever, justificadamente, quaisquer atos praticados durante as etapas de julgamento da(s) proposta(s), de habilitação ou recursal da sessão pública do certame.

16.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, será excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os referidos prazos em dia de expediente no TRE-SE, considerando-se os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

16.7 Os horários estabelecidos no Edital de licitação, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

16.8 A sessão pública do certame poderá ocorrer no período das 9h às 18h, em dias de expediente no TRE-SE.

16.8.1 Se a sessão pública, iniciada no período da manhã, se prolongar durante o período vespertino - ou seja, para além das 13 (treze) horas -, poderá haver concessão de intervalo mínimo de 1 (uma) hora, para repouso e alimentação, a critério da(o) Pregoeira(o).

16.8.2 As atividades de suspensão e de reabertura da sessão pública são exclusivas da(o) Pregoeira(o), cabendo à(ao) licitante o acompanhamento dos registros no *chat* do sistema informatizado.

16.9 As regras que tratam das condições de recebimento do objeto da licitação, da Gestão/Fiscalização da Contratação, da forma de pagamento, do reajustamento de preço, da garantia e das penalidades em sede de execução contratual constam do Termo de Referência, das Especificações Técnicas e da Minuta de Contrato, que integram o rol de anexos deste Instrumento.

- 16.10** Informações sobre o Edital poderão ser obtidas pelo telefone (79) 3209-8694/8717, durante o horário de expediente (07:00 às 13:00 horas), ou pelo endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.
- 16.11** Integram este Ato Convocatório os seguintes anexos:
- 16.11.1** Anexo I - Termo de Referência.
- 16.11.2** Anexo II - Especificações Técnicas.
- 16.11.2** Anexo III - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo.
- 16.11.3** Anexo IV - Termo de Ciência.
- 16.11.4** Anexo V - Termo de Recebimento Provisório.
- 16.11.5** Anexo VI - Termo de Recebimento Definitivo.
- 16.11.6** Anexo VII - Minuta de Contrato.
- 16.12** Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) e a legislação informada no preâmbulo deste Ato Convocatório.
- 16.13** O Estudo Técnico Preliminar (ETP) correspondente a esta contratação encontra-se disponível no endereço eletrônico <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/licitacoes> (pesquisar pelo ano e pelo número do Pregão).

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

SUMÁRIO

- 1 OBJETO
 - 1.1 Definição do Objeto
 - 1.2 Descrição detalhada do Objeto
- 2 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
 - 2.1 Motivação
 - 2.2 Alinhamento Estratégico
 - 2.3 Objetivos
 - 2.4 Referência aos Estudos Técnicos Preliminares
 - 2.5 Análise de Mercado de TIC
 - 2.6 Benefícios e Resultados
 - 2.7 Relação entre a Demanda Prevista e a Contratada
 - 2.8 Impacto ambiental
 - 2.9 Impacto social e cultural
 - 2.10 Conformidade Legal
- 3 LICITAÇÃO
 - 3.1 Natureza do Objeto da Contratação
 - 3.2 Parcelamento e Adjudicação
 - 3.3 Vistoria Prévia
 - 3.4 Participação de Cooperativas
 - 3.5 Participação de Consórcios
 - 3.6 Sustentabilidade
 - 3.7 Modalidade e Tipo de Licitação
 - 3.8 Requisitos da proposta comercial
 - 3.9 Critérios de Habilitação
 - 3.10 Critérios de Aceitabilidade de Preços
 - 3.11 Aplicação do Decreto 7.174/2010 na Seleção da(o) Fornecedora(Fornecedor)
- 4 EXECUÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO
 - 4.1 Papéis desempenhados na contratação
 - 4.2 Formas de Comunicação e acompanhamento da Execução da Contratação
 - 4.3 Principais marcos e eventos da Execução da contratação
 - 4.4 Dinâmica da execução
 - 4.5 Fiscalização e Acompanhamento da Execução Contratual
 - 4.6 Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade
 - 4.7 Instrumentos formais de solicitação do objeto
 - 4.8 Níveis de Serviços Exigidos (NSE)
 - 4.9 Qualificação Técnica dos Profissionais
 - 4.10 Forma de recebimento provisório/definitivo
 - 4.11 Liquidação, pagamento e retenções
 - 4.12 Subcontratação
 - 4.13 Alteração das Condições da Contratação
 - 4.14 Suspensão da Contratação
 - 4.15 Extinção Contratual
 - 4.16 Garantia da Execução da Contratação
 - 4.17 Manutenção e Garantia
 - 4.18 Transferência de Conhecimento
 - 4.19 Direitos de Propriedade Intelectual e direitos autorais
 - 4.20 Obrigações do CONTRATANTE
 - 4.21 Obrigações da(o) CONTRATADA(O)
 - 4.22 Estimativa de preços
 - 4.23 Adequação orçamentária
 - 4.24 Do Reajuste de Preços
 - 4.25 Vigência da Contratação

1. OBJETO

1.1 Definição do Objeto

- 1.1.1 O objeto da presente contratação consiste na aquisição de equipamentos do tipo **scanner**.
- 1.1.2 Trata-se de BENS COMUNS, nos termos previstos no artigo 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021.

1.2 Descrição Detalhada do Objeto

1.2.1 Aquisição de scanners digitais destinados à digitalização de documentos administrativos e técnicos, conforme detalhamento previsto no Anexo "Especificações Técnicas".

Item	Descrição	Catmat/Catser	Variável (quantidade)	Valor Unitário Estimado	Valor Estimado da Contratação
1	Scanner A3	326410	02	R\$ 46.000,00	R\$ 92.000,00
2	Scanner planetário	606300	01	R\$ 105.560,00	R\$ 105.560,00

Tabela 1 - Objeto detalhado

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Motivação

- 2.1.1 A presente contratação tem por finalidade a aquisição de equipamentos de digitalização (scanner convencional e scanner planetário), visando atender às demandas da instituição relacionadas à gestão documental e ao processo de transformação digital.
- 2.1.2 O scanner convencional destina-se ao atendimento das demandas rotineiras de digitalização de documentos avulsos, reforçando a capacidade instalada e assegurando maior agilidade, eficiência e produtividade no fluxo de trabalho.
- 2.1.3 Por sua vez, o scanner planetário é necessário para o tratamento de processos, livros e documentos encadernados ou de grande porte, cujo manuseio em equipamentos convencionais poderia comprometer sua integridade física. Esse equipamento permitirá a digitalização adequada de acervos sensíveis e de valor histórico, preservando o material original e garantindo a qualidade da imagem digital.
- 2.1.4 A aquisição dos equipamentos permitirá ampliar a capacidade operacional, garantir a preservação documental e assegurar a continuidade dos serviços, em conformidade com as diretrizes de gestão documental aplicáveis à Administração Pública.

2.2 Alinhamento Estratégico

2.2.1 O objeto da contratação encontra-se previsto no Plano de Contratações de STIC do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, conforme trechos reproduzidos a seguir:

Data Limite	Objeto	Unidade Solicitante	Item (Recurso Orçamentário)	Objetivo Estratégico
10/2025	Aquisição de scanners	STI/COINF	44.90.52.45.0148 - Scanner	Macrodesafio 7 - Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária

Tabela 2 - Alinhamento ao Plano de Contratações de STIC

- 2.2.2 O objeto da contratação também está alinhado ao Planejamento Estratégico e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, conforme demonstrado abaixo.
- 2.2.3 No que tange ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) para o biênio 2025-2026, do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, Portaria Normativa TRE-SE nº 22, vislumbra-se o alinhamento aos objetivos estratégicos, conforme tabela abaixo.

Código	Objetivo Estratégico	Significado
OE-5	Aperfeiçoar a Governança e a Gestão de TIC	Foca no fortalecimento das práticas de governança e gestão de TIC, seguindo normas estabelecidas, boas práticas, legislação vigente e recomendações de órgãos de controle

Tabela 3 - Alinhamento Estratégico

2.3 Objetivos

2.3.1 Objetivos Táticos

- 2.3.1.1 Modernização da gestão documental, promovendo processos administrativos mais ágeis e confiáveis.
- 2.3.1.2 Atendimento às normas e políticas de transparência e acesso à informação (Lei de Acesso à Informação, legislação arquivística e de gestão documental).
- 2.3.1.3 Redução de custos indiretos com espaço físico, papel, impressão e logística de documentos.
- 2.3.1.4 Contribuição para a sustentabilidade, reduzindo consumo de insumos físicos.
- 2.3.1.5 Aprimoramento da governança da informação, garantindo maior segurança, rastreabilidade e controle sobre os documentos digitalizados.

2.3.2 Objetivos Operacionais

- 2.3.2.1 Digitalização rápida e confiável de documentos administrativos, técnicos e jurídicos.
- 2.3.2.2 Facilidade no acesso e compartilhamento de informações entre setores, reduzindo tempo de tramitação.
- 2.3.2.3 Preservação dos documentos originais, diminuindo o manuseio físico de acervos sensíveis ou históricos.
- 2.3.2.4 Melhoria na organização e indexação de arquivos digitais, otimizando buscas e consultas.
- 2.3.2.5 Maior segurança da informação, com cópias digitais armazenadas em sistemas de backup.
- 2.3.2.6 Redução de erros humanos e perda de documentos, garantindo integridade e confiabilidade.

2.4 Referência aos Estudos Técnicos Preliminares

2.4.1 Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda (DOD) encaminhado pela Coordenadoria de Gestão da Informação e os Estudos Técnicos Preliminares constantes do Processo Administrativo Eletrônico nº 0004617-83.2025.6.25.8000.

2.5 Análise de Mercado de TIC

2.5.1 A análise de mercado revelou-se restrita, identificando-se apenas uma solução viável para atender às necessidades institucionais. Conforme consignado no Estudo Técnico Preliminar, a pesquisa realizada apontou essa alternativa como a mais adequada para a contratação, considerando a necessidade do negócio.

2.6 Benefícios e Resultados

2.6.1 A contratação em foco trará uma série de benefícios estratégicos e operacionais ao Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE). Em primeiro lugar, permitirá o aumento da **segurança e da confidencialidade** das informações, uma vez que a digitalização será realizada internamente, reduzindo significativamente o risco de exposição de dados sensíveis, processos sigilosos e documentos sob segredo de justiça, em estrita conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

2.6.2 Outro benefício relevante é a **preservação do patrimônio documental** do Tribunal. A aquisição de scanner planetário viabilizará a digitalização de livros, processos encadernados e documentos históricos ou frágeis sem comprometer sua integridade física, assegurando a conservação de acervos de valor permanente e estratégico.

2.6.3 A medida também resultará em **maior produtividade** da Central de Digitalização Interna, na medida em que o scanner interno adicional possibilitará o processamento de documentos soltos com maior agilidade e volume, otimizando os recursos humanos já alocados, compostos por servidoras(es) efetivas(os), terceirizadas(os) e estagiárias(os).

2.6.4 Adicionalmente, a solução assegura **autonomia institucional e controle operacional**, evitando a dependência de fornecedoras(es) externas(os), simplificando a gestão dos fluxos de digitalização e fortalecendo a rastreabilidade e padronização dos processos.

2.6.5 No aspecto econômico, destaca-se a **economicidade** da alternativa interna, que aproveita a equipe existente e elimina a necessidade de custos recorrentes típicos de modelos de outsourcing. Por fim, a contratação garantirá o **alinhamento às normas e diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)** no tocante à gestão arquivística e à digitalização de documentos.

2.6.6 Assim, a contratação não apenas atende às demandas atuais de digitalização, como também assegura sustentabilidade, confiabilidade e conformidade normativa, configurando-se como a solução mais adequada para o TRE-SE.

2.7 Relação Entre a Demanda Prevista e a Contratada

2.7.1 A relação entre a demanda prevista e a contratada encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar, disponível no Portal de Compras do Governo e na página eletrônica do TRE-SE (pesquisar pelo ano e pelo número do Pregão).

2.8 Impacto Ambiental

2.8.1 Os bens fornecidos devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

2.9 Impacto Social e Cultural

2.9.1 A contratação dos scanners terá impacto social e cultural relevante, uma vez que possibilitará a digitalização do acervo físico da instituição, ampliando o acesso da sociedade à informação e contribuindo para a transparência e a democratização do conhecimento. A preservação digital dos documentos garante a memória institucional, assegura a integridade de registros de valor histórico e cultural e promove a difusão desse patrimônio para pesquisadoras(es), cidadãs(ãos) e futuras gerações.

2.9.2 Do ponto de vista social, a iniciativa fortalece o direito de acesso à informação, previsto na Constituição Federal e regulamentado pela Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), ao proporcionar maior celeridade e segurança na disponibilização de documentos públicos. Além disso, a digitalização reduz barreiras físicas de acesso, beneficiando especialmente pessoas que não poderiam consultar os documentos presencialmente.

2.9.3 Culturalmente, o processo contribui para a valorização e preservação da história administrativa e institucional, ao mesmo tempo em que apoia políticas públicas de gestão documental e de preservação da memória coletiva, alinhando-se às diretrizes do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

2.10 Conformidade Legal

2.10.1 O presente processo de contratação deve observar os normativos da Constituição Federal, da Lei 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), da Resolução CNJ 468, de 15 de julho de 2022 (Dispõe sobre diretrizes para contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça), dos Decretos 8.538/2015 e 11.246/2022, da Resolução CNJ 347/2020, da Resolução TSE 23.702/2022, da Resolução TRE-SE 120/2015, da IN SEGES/ME 73/2022 e de outras legislações aplicáveis, tais como:

- a) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- b) Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados);
- c) Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010 - Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União;
- d) Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de Janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- e) Lei 8.078, 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);
- f) Resolução TSE nº 23.644/2021 — Institui a Política de Segurança da Informação (PSI) no âmbito da Justiça Eleitoral;
- g) Resolução TRE-SE nº 10/2019 – Dispõe sobre a Política de Segurança da Informação (PSI) da Justiça Eleitoral de Sergipe;
- h) Instrução Normativa (IN) SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022: normas para Contratação de Soluções de TIC pelos órgãos integrantes do SISP;
- i) Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2021 - Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos;
- j) Lei nº 8.159, de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências;
- k) Resolução nº 48, de 10 de novembro de 2021, do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) - Estabelece diretrizes e orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos quanto aos procedimentos técnicos a serem observados no processo de digitalização de documentos públicos ou privados.
- l) Resolução nº 27, de 16 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) - Dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e estabelece diretrizes para a gestão documental e a preservação da memória institucional.
- m) Resolução nº 324, de 30 de junho de 2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - Institui diretrizes e normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental e cria o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – PRONAME, voltado à integração das ações arquivísticas e de preservação da memória em todos os órgãos do Judiciário.
- n) Resolução TRE-SE nº 13/2021, que institui a Política de Gestão de Memória e o Programa de Preservação da Memória da Justiça Eleitoral de Sergipe, alinhando-se às diretrizes estabelecidas pelo CNJ e pelo CONARQ para a gestão documental e a preservação do patrimônio histórico e institucional da Justiça Eleitoral.

3. LICITAÇÃO

3.1 Natureza do Objeto da Contratação

3.1.1 A aquisição dos scanners deve ser classificada como despesa de capital, uma vez que se trata de equipamentos duráveis destinados a integrar o patrimônio da instituição, com vida útil prolongada e relevância para a execução de suas atividades-fim.

3.2 Parcelamento e Adjudicação

3.2.1 Nos termos do art. 40, §§ 2º e 3º, e do art. 47, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento da contratação deve ser avaliado quanto à viabilidade técnica e à vantajosidade econômica para a Administração.

3.2.1.1 Após análise das características da solução a ser contratada, conclui-se pela admissibilidade do parcelamento do objeto, dividido em 2 (dois) itens, conforme definido na **Tabela 1** deste Termo de Referência, uma vez que a natureza da contratação, as características técnicas dos bens e a disponibilidade do mercado possibilitam o fornecimento por empresas distintas, não sendo recomendável o agrupamento dos itens, nos termos da legislação.

3.3 Vistoria Prévia

3.3.1 Não se aplica à presente contratação em razão da natureza do objeto.

3.4 Participação de Cooperativas

3.4.1 É admitida a participação de cooperativas nos termos do que dispõe o art. 16 da Lei 14.133/2021.

3.5 Participação de Consórcios

3.5.1 Não é admitida a participação de interessadas(os) que se apresentem constituídas(os) sob a forma de consórcio, considerando que se trata de licitação em que o objeto é comum, simples e de pequena monta, assegurada, portanto, a ampla competitividade

3.6 Sustentabilidade

3.6.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos neste Instrumento e no Anexo "Especificações Técnicas", devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no artigo 5º da Instrução Normativa SLTP/MP 1/2010 e no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis \(out/2024\)](#).

3.7 Modalidade e Tipo de Licitação

3.7.1 Os bens pretendidos são oferecidos por diversas(os) fornecedoras(es) e apresentam características padronizadas e usuais de mercado, sendo permitida a adoção da modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, à luz do disposto no artigo 29, da Lei 14.133/2021.

3.7.2 O certame se destina à AMPLA PARTICIPAÇÃO DE FORNECEDORAS(ES), uma vez que o valor dos itens é superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

3.7.2.1 As regras da Lei Complementar 123/2006 e do Decreto 8.538/2015, relativas ao tratamento diferenciado e simplificado destinado às microempresas e às empresas de pequeno porte, contam com previsão no Ato Convocatório.

3.7.3 Aplicação da Margem de Preferência na Seleção da(o) Fornecedor(Fornecedor)

3.7.3.1 Será aplicada a margem de preferência prevista no [art. 26 da Lei 14.133/2021](#), regulamentado pelo [Decreto 11.890/2024](#).

3.7.3.2 O scanner se enquadra no código 8471 indicado no [Anexo da Resolução SEGES-CICS/MGI nº 4, de 18/10/2024](#), que contempla em 10% (dez por cento) tanto a margem normal como a margem adicional.

3.7.3.3 Para fazer jus à margem de preferência a que alude o item **3.7.3**, a(o) licitante deverá apresentar, no momento da habilitação, um dos seguintes documentos, que comprove o atendimento das regras de origem e das regras de qualificação de que tratam os artigos 3º e 4º da [Resolução SEGES-CICS/MGI nº 4, de 18/10/2024](#):

3.7.3.3.1 Impressão da tela da página da consulta CFI / Credenciamento FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, disponível no sítio eletrônico https://ws.bndes.gov.br/cfi_catalogo/, em que conste a marca ou a(o) fabricante e o modelo ou a versão do item ofertado, bem como o código CFI do produto;

3.7.3.3.2 Impressão da tela da página da consulta CFI / Credenciamento FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, disponível no sítio eletrônico https://ws.bndes.gov.br/cfi_catalogo/, em que conste a marca ou a(o) fabricante e o modelo ou a versão do item ofertado, e a expressão "TIPO A", bem como o código CFI do produto;

3.7.3.3.3 Impressão da tela da página da consulta de empresas habilitadas, produtos e modelos aprovados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, disponível no sítio eletrônico <https://inovacaodigital.mcti.gov.br/leiDeInformatica/empresasHabilitadas>, em que conste o produto e o modelo do item ofertado;

3.7.3.3.4 Impressão da tela da página da consulta de empresas com reconhecimento de produtos desenvolvidos no país do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, disponível no sítio eletrônico <https://inovacaodigital.mcti.gov.br/leiDeInformatica/empresasProdutosModelosTecnac>, em que conste o produto e o modelo do item ofertado;

3.7.3.4 Caso não sejam apresentados esses documentos indicados no item **3.7.3.3**, ou, na hipótese de eles serem apresentados de forma incompleta ou ilegível, a margem de preferência a que alude o item **3.7.3** não será aplicada e a(o) licitante não poderá reclamar a aplicação do benefício posteriormente.

3.7.4 Critério de Julgamento da Proposta e Adjudicação do Objeto

3.7.4.1 O **julgamento** da licitação será realizado pelo critério do MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM, observadas as regras de aceitação das propostas fixadas no Ato Convocatório.

3.7.4.2 A **adjudicação** do objeto será realizada segundo o critério de julgamento fixado no item **3.7.4.1**.

3.8 Requisitos da proposta comercial

3.8.1 As(Os) licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar todas as especificações e as condições previstas para a contratação, cabendo-lhes, no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, formular imediata comunicação ao TRE-SE, para fins de esclarecimento no prazo de até **3 (três) dias úteis** antes da data de abertura da sessão pública.

3.8.2 A participação no presente certame representa completa e irrestrita aceitação das condições, bem como a garantia de seu cumprimento, referente aos serviços ou fornecimento de bens, prazos e demais obrigações fixadas no Edital, independente de declaração expressa da(o) licitante.

3.8.3 Todos os custos, diretos e indiretos, incidentes sobre a execução da contratação deverão ser considerados por ocasião da elaboração da proposta, não cabendo qualquer alegação posterior de erro e/ou não consideração do ônus assumido.

3.8.4 As(Os) licitantes provisoriamente classificadas(os) em primeiro lugar, no prazo concedido pela(o) Pregoeira(o), que será de no mínimo 2 (duas) horas contadas da convocação, prorrogável nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 (artigo 29, § 2º), deverão:

3.8.4.1 Apresentar informações comprobatórias das características solicitadas, mediante a remessa de documentos fornecidos pela(o) fabricante do produto, tais como catálogos, manuais, fichas de especificação técnica, prospectos, portfólios e/ou informações obtidas em sítios oficiais da(o) fabricante na Internet, devendo-se, nesse caso, fornecer URL (Uniform Resource Locator) ou apresentar declaração da(o) fabricante.

3.8.4.1.1 Na hipótese de os catálogos, manuais, folhetos técnicos, página na web ou declaração da(o) fabricante [desde que ela(e) não seja a(o) própria(o) licitante] não apresentarem explicitamente as informações comprobatórias de algum dos itens de especificação, a(o) licitante deverá indicar essa condição em sua proposta, responsabilizando-se pela informação fornecida e/ou apresentando outra fonte que possa esclarecer eventuais dúvidas.

3.8.4.1.2 A(O) licitante fica dispensada(o) de encaminhar catálogos, manuais, folhetos técnicos ou declaração da(o) fabricante, caso sejam indicados links em páginas da WEB para comprovação mencionada.

3.8.4.2 Apresentar comprovação (part number ou código de identificação) de que a garantia foi contraída da(o) fabricante, devendo a referida comprovação ser apresentada com a proposta.

3.8.4.2.1 Na ausência de part number ou do código de identificação, a(o) fornecedora(fornecedor) deverá apresentar declaração da(o) fabricante, atestando que o produto possui garantia de, no mínimo, **4 (quatro) anos**.

3.8.5 A documentação exigida no item **3.8.4** deve ser apresentada preferencialmente em português (Brasil).

3.8.6 A(O) Pregoeira(o), com o auxílio da Equipe de Apoio à Contratação (EAC), se necessário, avaliará os documentos e informações apresentados nos termos do item **3.8.4** e fará constar dos autos as informações a respeito da conformidade ou não às especificações, por meio de pronunciamento técnico conclusivo pela aprovação ou reprovação da proposta da(o) licitante.

3.8.7 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no chat do sistema.

3.8.8 Se deixar de apresentar os documentos conforme estabelecido no Edital ou não providenciar o saneamento das incorreções apontadas no prazo estipulado pela(o) Pregoeira(o), a proposta da(o) licitante será desclassificada.

3.8.9 A proposta deverá ser registrada **para cada item** em campo próprio do sistema eletrônico (<http://www.gov.br/compras>).

3.9 Critérios de Habilitação

3.9.1 Habilitação Jurídica (art. 66, da Lei 14.133/2021)

3.9.1.1 As exigências de habilitação jurídica são as usuais relativas à generalidade do objeto, conforme disciplinado no Ato Convocatório.

3.9.2 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista (art. 68, da Lei 14.133/2021)

3.9.2.1 As exigências de habilitações fiscal, social e trabalhista são as usuais relativas à generalidade do objeto, conforme disciplinado no Ato Convocatório.

3.9.3 Qualificação Econômico-Financeira (art. 69, da Lei 14.133/2021)

3.9.3.1 Para fins de demonstração da qualificação econômico-financeira, a(o) licitante deverá apresentar certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da(o) licitante, conforme artigo 69, inciso II, da Lei 14.133/2021.

3.9.4 Qualificação Técnica (art. 67, da Lei 14.133/2021)

3.9.4.1 Não será exigida qualificação técnica para a presente contratação.

3.9.5 Outras Exigências da Fase de Habilitação

3.9.5.1 O Ato Convocatório, se necessário, indicará demais condições/requisitos previstos na legislação vigente aplicáveis à generalidade do objeto a ser contratado e que estão sujeitos à comprovação na fase de habilitação, a exemplo do disposto no art. 63, inciso IV da Lei 14.133/2021.

3.10 Critérios de Aceitabilidade de Preços

3.10.1 O valor máximo aceitável da proposta de preços no certame corresponde ao VALOR TOTAL DO ITEM (valor de referência), informado na tabela do item 1.2.1 deste TERMO DE REFERÊNCIA, que contempla, igualmente o valor global estimado da contratação.

3.10.2 Configura indício de inexecuibilidade a proposta que apresentar VALOR INFERIOR A 50% (cinquenta por cento) do valor de referência correspondente, hipótese em que será realizada diligência para sua aferição (Súmula TCU 262 e artigo 34 da IN SEGES/ME 73/2022).

3.11 Aplicação do Decreto 7.174/2010 na Seleção da(o) Fornecedora(Fornecedor)

3.11.1 Em razão de o sistema operacional (Portal Compras.gov.br) não estar parametrizado ao Decreto 7.174/2010, resta impossibilitada a aplicação do Direito de Preferência nele previsto.

4 EXECUÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1 Papéis Desempenhados na Contratação

4.1.1 A tabela abaixo apresenta os papéis a serem desempenhados pelo CONTRATANTE e pela(o) CONTRATADA(O):

Id	Função	Responsável	Atribuições
1	Gestora(Gestor) da Contratação	Servidora(Servidor) da Secretaria Judiciária	Atribuições gerenciais para coordenar e comandar o processo de gestão e de fiscalização da execução contratual, compreendendo as atividades detalhadas no Guia de Contratações TIC (itens principais: 2, 5.5, 7.1, 7.2, 7.3, 7.4, 7.5), instituído pela Resolução CNJ 468/2022.
2	Fiscal Técnica(o) da Contratação	Servidora(Servidor) da Secretaria de Tecnologia de Informação	Atribuições de fiscalizar a contratação quanto aos aspectos técnicos da solução de TIC, compreendendo as atividades detalhadas no Guia de Contratações TIC (itens principais: 2, 5.5, 7.1, 7.3, 7.4, 7.5) instituído pela Resolução CNJ 468/2022.
3	Fiscal Demandante	Servidora(Servidor) da Secretaria Judiciária	Designada(o) pela autoridade competente dessa área para fiscalizar a contratação do ponto de vista de negócio e funcional da solução de TIC.
4	Fiscal Administrativa(o) da Contratação	Servidora(Servidor) da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade	Atribuições de fiscalizar a contratação quanto aos aspectos administrativos da solução de TIC, compreendendo as atividades detalhadas no Guia de Contratações TIC (itens principais: 2, 5.5, 7.1, 7.3, 7.4, 7.5) instituído pela Resolução CNJ 468/2022.
5	Preposta(o)	Funcionária(o) da(o) CONTRATADA(O)	a) Acompanhar a execução da contratação; b) Atuar como interlocutora(interlocutor) principal junto ao CONTRATANTE; c) Receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.
6	Representante da(o) CONTRATADA(O)	Responsável legal da(o) CONTRATADA(O)	Designada(o) para realizar a assinatura do Contrato, caso tal poder não tenha sido delegado para a(o) preposta(o).

Tabela 4 - Agentes envolvidas(os) na gestão e na execução da contratação.

4.2 Formas de Comunicação e Acompanhamento da Execução da Contratação

4.2.1 Os instrumentos formais a serem utilizados durante a vigência contratual e a vigência da garantia estão listados abaixo:

MECANISMO	OBJETIVO	MEIO DE COMUNICAÇÃO
Ofício impresso	Enviar notificações e convocações administrativas à(ao) CONTRATADA(O).	Correios.
E-mail	Enviar documentos, notificações e convocações administrativas à(ao) CONTRATADA(O), enviar e receber informações de suporte técnico, esclarecimento de dúvidas técnicas ou administrativas, bem como para abertura de chamados técnicos.	Endereço de correio eletrônico a ser fornecido pela(o) CONTRATADA(O). Este meio será utilizado de forma preferencial na etapa de fornecimento dos bens.
Chat	Abertura, registro e acompanhamento de chamados de suporte técnico.	Serviço de chat a ser eventualmente fornecido pela(o) CONTRATADA(O).
Página de serviços na internet	Abertura, registro e acompanhamento de chamados de suporte técnico.	Página de serviços na internet a ser fornecida pela(o) CONTRATADA(O).
Central telefônica/	Abertura, registro e acompanhamento de chamados de suporte técnico.	Número 0800 ou com DDD igual ao da sede do Contratante, preferencialmente.

telefone		Atendimento em horário comercial.
Número de telefone móvel com acesso ao aplicativo WhatsApp	Enviar notificações e convocações administrativas à(ao) CONTRATADA(O), enviar e receber informações de suporte técnico, esclarecimento de dúvidas técnicas ou administrativas.	Número de telefone móvel a ser fornecido pela(o) CONTRATADA(O).

Tabela 5 – Meios de comunicação utilizados na contratação

4.3 Principais Marcos e Eventos da Execução da Contratação

4.3.1 A tabela abaixo foi elaborada com os principais marcos e eventos relevantes que ocorrerão durante a execução da contratação:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO	ATOES	ARTEFATO	CANAL
1	Envio/Assinatura do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo	Até o recebimento da Nota Fiscal	Preposta(o) ou Representante da(o) CONTRATADA(O)	Termo de compromisso de manutenção de Sigilo assinado	E-mail
2	Entrega do material	Até 60 (sessenta) dias contados da assinatura do Contrato ou do recebimento da Nota de Empenho, conforme o caso.	Preposta(o) ou Representante da(o) CONTRATADA(O)	Recibo	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)
3	Recebimento provisório	Após o recebimento do material	Equipe de Gestão/Fiscalização da Contratação	Termo de Recebimento provisório	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)
4	Recebimento Definitivo	Até 15 (quinze) dias contados do recebimento provisório ou do saneamento das ocorrências nele apontadas	Equipe de Gestão/Fiscalização da Contratação	Termo de Recebimento definitivo	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

Tabela 6 - Execução da contratação

4.4 Dinâmica da Gestão e da Execução

4.4.1 A contratação do objeto desta licitação será formalizada por intermédio de CONTRATO ou de NOTA DE EMPENHO, conforme o caso, nos termos do artigo 95 da Lei 14.133/2021, sendo parte integrante da contratação este Instrumento, os demais anexos ao Ato Convocatório e a proposta da(o) CONTRATADA(O).

4.4.1.1 A empresa adjudicatária será convocada por e-mail para, no prazo de até **2 (dois) dias úteis**, assinar o Contrato ou receber/retirar a Nota de Empenho, conforme o caso, sendo o termo inicial do prazo para assinatura/recebimento/retirada o dia útil seguinte ao encaminhamento do e-mail.

4.4.2 A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.4.3 As comunicações entre o TRE-SE e a(o) CONTRATADA(O) devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.4.3.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá informar endereço eletrônico (*e-mail*) e número de telefone móvel com acesso ao aplicativo WhatsApp para recebimento de comunicações escritas relacionadas à contratação.

4.4.4 As comunicações de atos processuais serão realizadas por meio de mensagem eletrônica enviada ao endereço de e-mail informado pela(o) CONTRATADA(O) e/ou através da imprensa oficial (DOU), conforme o caso e nas hipóteses previstas em lei.

4.4.5 O TRE-SE poderá convocar Representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.4.6 A execução do objeto desta contratação deve atender as condições indicadas no Anexo "Especificações Técnicas".

4.4.7 Os itens deverão ser entregues na Seção de Gestão de Documentos Eletrônicos e Arquivos - SEDEA, localizada na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, com endereço no Centro Administrativo Governador Augusto Franco - CENAF, Lote 7, Variante 2, Bairro Capucho - CEP 49081-000 - Aracaju/SE, no horário das 7h às 13h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

4.4.7.1 A(O) CONTRATADA(O), **se for o caso**, deverá fornecer todas as licenças, insumos, suprimentos e componentes necessários para a instalação e para o pleno funcionamento dos equipamentos, objeto deste Instrumento, não cabendo nenhum ônus adicional para o CONTRATANTE.

4.4.7.2 Caso o bem seja de origem importada, a(o) CONTRATADA(O) deverá, no momento da entrega do objeto, declarar se o adquiriu no mercado interno ou, diretamente, no mercado externo, quando deverá comprovar plena quitação dos tributos de importação a ele referentes, sob pena de extinção contratual e multa.

4.4.8 A presente contratação não envolve a execução de serviços.

4.4.9 A presente contratação se restringe à entrega dos itens, cabendo a realização da rotina de recebimento conforme descrito na **Tabela 6**.

4.4.10 A contratação terá vigência de **120 (cento e vinte) dias** contados da assinatura do Contrato ou do recebimento da Nota de Empenho, conforme o caso.

4.4.11 Não haverá necessidade de realização de treinamento no âmbito da presente contratação.

4.5 Fiscalização e Acompanhamento da Execução Contratual

4.5.1 A execução contratual será fiscalizada e acompanhada por Representantes do TRE-SE especialmente designadas(os) como *agentes de fiscalização*, ou por suas(eus) substitutas(os).

4.5.1.1 A fiscalização/gestão da contratação será realizada por servidoras(es) para esse fim designadas(os) e atuarão em conformidade com as atribuições indicadas neste Instrumento.

4.5.2 Quaisquer das(os) servidoras(es) designadas(os) para desenvolver conjuntamente as atividades de acompanhamento e fiscalização da execução contratual terão poderes para determinar a correção de inconsistências, para propor alterações contratuais ou de procedimentos e para solicitar a abertura de processo administrativo para eventual aplicação das sanções administrativas cabíveis.

4.5.3 As(Os) agentes de fiscalização do TRE-SE devem atuar em conformidade com as seguintes diretrizes:

4.5.3.1 Acompanhar a execução a fim de verificar a compatibilidade dos bens fornecidos com as especificações exigidas.

4.5.3.2 Determinar o que for necessário à solução das irregularidades detectadas na execução contratual.

4.5.3.3 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação/fornecimento do objeto, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

4.5.3.4 Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos fornecidos que não obedecerem ao disposto neste Instrumento, nos demais anexos ao Ato Convocatório e na proposta da(o) CONTRATADA(O).

4.5.3.5 Informar a suas(eus) superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

4.5.3.6 Solicitar auxílio de Unidades especializadas do TRE-SE (inclusive as unidades de assessoramento jurídico e de auditoria), que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-las(os) com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

4.5.3.7 Promover a aceitação/recebimento do objeto contratado, após verificação da conformidade da execução com as condições estabelecidas no Edital e na proposta da(o) CONTRATADA(O), procedendo-se a observações, se necessário.

4.6 Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.6.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá garantir a segurança das informações do TRE-SE e se comprometer a não divulgar ou fornecer a terceiros pessoas quaisquer dados e informações que eventualmente tenha recebido do TRE-SE, a menos que autorizada(o) formalmente e por escrito para tal.

4.6.2 A(O) CONTRATADA(O) e suas(eus) profissionais devem manter sigilo absoluto sobre documentos elaborados e informações eventualmente obtidas dentro do TRE-SE.

4.7 Instrumentos Formais de Solicitação do Objeto

4.7.1 A solicitação formal do produto será realizada por meio de e-mail, no momento do envio do Contrato ou da Nota de Empenho, conforme o caso.

4.7.2 Os chamados relacionados ao suporte técnico deverão ser efetuados em conformidade com o disposto no anexo "Especificações Técnicas".

4.8 Níveis de Serviços Exigidos (NSE)

4.8.1 A previsão de níveis de serviço não se aplica à presente contratação, em razão da natureza do objeto.

4.9 Qualificação Técnica das(os) Profissionais

4.9.1 Não será exigida qualificação técnica das(os) profissionais para a presente contratação.

4.10 Forma de Recebimento Provisório/Definitivo

4.10.1 O objeto será recebido:

a) **provisoriamente**, de forma sumária, pela Gestão/Fiscalização da Contratação, com verificação posterior da conformidade do bem com as exigências contratuais;

a.1) identificada a inconformidade do bem, a(o) licitante terá **10 (dez) dias contados da comunicação** para atender as ocorrências apontadas pelos(as) fiscais técnicas(os).

b) **definitivamente**, pela(o) gestora(gestor) ou comissão designada pela autoridade competente, em até **15 (quinze) dias**, a contar do recebimento provisório **ou do saneamento das ocorrências nele apontadas**, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

4.10.2 A Gestão/Fiscalização, exercida no interesse do TRE-SE, e os recebimentos provisório e definitivo não excluirão ou reduzirão a responsabilidade da(o) CONTRATADA(O) pela adequada execução do objeto pactuado ou pelos danos e prejuízos causados (por culpa ou dolo) ao TRE-SE ou a terceiros pessoas.

4.10.3 Nenhum prazo de recebimento correrá enquanto pendente a solução, pela(o) CONTRATADA(O), de inconsistências verificadas na execução/entrega do objeto ou no instrumento de cobrança.

4.11 Liquidação, Pagamento e Retenções

4.11.1 Da Liquidação

4.11.1.1 A liquidação será efetivada em conformidade com o recebimento realizado pela Gestão/Fiscalização do TRE-SE e com base na Nota Fiscal (ou documento de cobrança equivalente) referente ao valor dos bens recebidos.

4.11.1.2 Recebida a Nota Fiscal (ou documento de cobrança equivalente), correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis para fins de liquidação**, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais ([IN SEGES/ME 77/2022, art. 7º](#)).

4.11.1.2.1 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo a que alude o item **4.11.1.2** será reduzido pela metade, mantida a possibilidade de prorrogação.

4.11.1.3 Para fins de liquidação, a(o) CONTRATADA(O) deve apresentar Nota Fiscal (ou documento de cobrança equivalente) com os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados da(o) Nota de Empenho/Contrato e do órgão CONTRATANTE;

d) o período respectivo de execução contratual;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.11.1.3.1 Havendo erro na apresentação ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, desde que comunicados à(ao) CONTRATADA(O), a Nota Fiscal (ou documento de cobrança equivalente) ficará sobrestada até que a(o) CONTRATADA(O) providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao TRE-SE.

4.11.1.3.1.1 Qualquer incorreção na Nota Fiscal (ou documento de cobrança equivalente) comunicada à(ao) CONTRATADA(O) suspenderá o pagamento, até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao TRE-SE encargos financeiros adicionais.

4.11.1.4 A Nota Fiscal (ou documento de cobrança equivalente) deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei 14.133/2021](#).

4.11.1.5 A(O) Gestora(Gestor) deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação ou proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

4.11.1.6 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da(o) CONTRATADA(O), será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

4.11.1.6.1 Na hipótese de irregularidades atinentes às condições de habilitação, a(o) CONTRATADA(O) poderá apresentar documento/certidão válida(o) correspondente à situação com pendência no SICAF.

4.11.1.6.2 O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do TRE-SE.

4.11.1.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o TRE-SE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da(o) CONTRATADA(O), bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.11.1.8 Persistindo a irregularidade, o TRE-SE avaliará a adoção de medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à(ao) CONTRATADA(O) a ampla defesa.

4.11.1.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção contratual, caso a(o) CONTRATADA(O) não regularize sua situação.

4.11.2 Do Pagamento

4.11.2.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa ([IN SEGES/ME 77/2022, art. 7º](#)).

4.11.2.1.1 O prazo de que trata o item **4.11.2.1** será reduzido à metade nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021](#).

4.11.2.1.2 O prazo referido no item **4.11.2.1.1** poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.11.2.2 A presente contratação não permitirá a antecipação de pagamento nem a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.

4.11.2.3 Na hipótese de não ocorrer o pagamento nos prazos, por causa atribuída exclusivamente ao TRE-SE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da fórmula "EM = N x VP x I", em que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = Índice de atualização financeira:

I = 6/100/365 (ou seja, taxa anual/100/365dias).

I = 0,0001644.

4.11.2.3.1 Salvo a atualização financeira prevista no item **4.11.2.3**, não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

4.11.2.4 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela(o) CONTRATADA(O).

4.11.2.5 Considerada-se data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.11.2.6 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da(o) CONTRATADA(O), nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

4.11.2.7 Caso a(o) CONTRATADA(O) opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante deste Instrumento, deverá, por ocasião do(s) pagamento(s), comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto.

4.11.3 Das Retenções

4.11.3.1 Os pagamentos a serem efetuados em favor da(o) CONTRATADA(O) estarão sujeitos às retenções na fonte do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB 1.234/2012 (e alterações), conforme determina o artigo 64 da Lei 9.430/1996 (e alterações).

4.12 Subcontratação

4.12.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, haja vista que o mercado dispõe de diversas empresas aptas a executar integralmente o objeto a ser licitado.

4.13 Alteração das Condições da Contratação

4.13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei 14.133/2021.

4.13.2 A(O) CONTRATADA(O) é obrigada(o) a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

4.13.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, ou instrumento equivalente, submetido à prévia aprovação do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133/2021).

4.13.4 Registros que não caracterizam alteração da contratação podem ser realizados por simples apostila, ou instrumento equivalente, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.13.5 A contratação está sujeita a ser alterada nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

4.14 Suspensão da Contratação

4.14.1 A contratação poderá ser suspensa, observados os termos dos artigos 115, §5º, e 147, da Lei 14.133/2021, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do CONTRATANTE, caso em que será comunicado à(ao) CONTRATADA(O).

4.15 Extinção Contratual

4.15.1 A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações estipuladas por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo-se, conforme o caso, às previsões dos artigos 138 e 139 do referido dispositivo legal.

4.15.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a(o) CONTRATADA(O) poderá ser constituída(o) em mora, cabendo ao CONTRATANTE optar pela extinção da contratação.

4.15.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

4.15.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

4.15.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

4.15.3.3 Indenizações e multas.

4.15.4 A extinção da contratação não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

4.16 Garantia da Contratação

4.16.1 Não haverá exigência da garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

4.17 Manutenção e Garantia

4.17.1 Os requisitos relativos à manutenção e à garantia, no âmbito da presente contratação, estão descritos no anexo "Especificações Técnicas".

4.18 Transferência de Conhecimento

4.18.1 Não será exigida a transferência de conhecimento para a presente contratação, em razão da natureza do objeto.

4.19 Direitos de Propriedade Intelectual e Direitos Autorais

4.19.1 Não serão exigidos para a presente contratação, em razão da natureza do objeto.

4.20 Obrigações do CONTRATANTE

4.20.1 Emitir Nota de Empenho.

4.20.2 Proporcionar à(ao) CONTRATADA(O) as condições indispensáveis à/ao execução/fornecimento do objeto deste Instrumento.

4.20.3 Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela(o) Representante ou Preposta(o) da(o) CONTRATADA(O).

4.20.4 Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, em todas as suas fases, a fim de que sejam plenamente cumpridas as especificações do objeto pactuado, exigindo da(o) CONTRATADA(O) o cumprimento de todas as obrigações por ela(e) assumidas.

4.20.5 Receber e conferir os bens em conformidade aos prazos fixados neste Instrumento e nos demais Anexos ao Ato Convocatório, verificando a sua compatibilidade com as especificações estabelecidas e rejeitando, no todo ou em parte, se houver irregularidades.

4.20.6 Efetuar o(s) pagamento(s) à(ao) CONTRATADA(O) de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas.

4.20.7 Comunicar formalmente à(ao) CONTRATADA(O) quaisquer falhas verificadas no cumprimento da execução contratual, preferencialmente por meio eletrônico (e-mail), para que o objeto seja por ela(e) substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

4.20.8 Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste ([art. 123 da Lei 14.133/2021](#)).

4.20.8.1 Concluída a instrução do requerimento, o TRE-SE terá o prazo de 1 (um) mês para emitir decisão, admitida a prorrogação motivada por igual período.

4.21 Obrigações da(o) ADJUDICATÁRIA(O)/CONTRATADA(O) e suas Vedações

4.21.1 A(O) ADJUDICATÁRIA(O)/CONTRATADA(O), além de cumprir as condições previstas no Anexo "Especificações dos Bens" e em outras cláusulas/itens deste Instrumento e dos demais documentos que compõem o Edital, **deverá atender às seguintes obrigações e vedações:**

4.21.1.1 Durante a fase pré-contratual, a empresa ADJUDICATÁRIA obriga-se a:

4.21.1.1.1 Comprovar a manutenção das condições de habilitação informadas por ocasião do certame licitatório, particularmente em relação à regularidade fiscal federal e trabalhista, bem como a inexistência de obstáculos ao direito de contratar com a Administração Pública.

4.21.1.1.2 Comprovar o atendimento das seguintes condições:

4.21.1.1.2.1 Não possuir inscrição no cadastro de empregadoras(es) flagradas(os) explorando trabalhadoras(es) em condições análogas às de escravo(o), instituído pela [Portaria Interministerial MTE/MDHC/MIR nº 18](#), de 13 de setembro de 2024.

4.21.1.1.2.1.1 O Cadastro de Empregadoras(es) previsto na Portaria Interministerial MTE/MDHC/MIR 18/2024, está disponível para consulta no sítio institucional do Ministério do Trabalho e Emprego na rede mundial de computadores, conforme prevê o artigo 2º (https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf).

4.21.1.1.2.2 Não ter sido condenada(o), a(o) licitante vencedora(vencedor) ou suas(seus) dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do [Decreto 5.017/2004](#) (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT [C029 - Trabalho Forçado ou Obrigatório](#) e [C105 - Abolição do Trabalho Forçado](#).

4.21.1.1.2.2.1 A condição prevista neste item será comprovada por meio de declaração firmada por Representante legal da(o) CONTRATADA(O), sendo que a declaração falsa sujeitará a empresa às sanções previstas em lei e neste Instrumento.

4.21.1.1.3 Indicar os dados pessoais e contatos comerciais de agente responsável por sua representação legal.

4.21.1.1.3.1 A(O)(s) Representante(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) realizar, caso necessário, cadastro para acesso ao SEI para fins de assinatura digital, conforme procedimento repassado pela Seção de Contratos (SECON).

4.21.1.1.3.2 A(O)(s) Representante(s) será(ão) responsável(eis) pela gestão administrativa da contratação e deverá(ão) ter poderes para assinar requerimentos ou petições, formalizar contratação e seus aditamentos, receber intimações e notificações, entre outras.

4.21.1.1.4 Apresentar os demais documentos e informações necessários e suficientes à formalização da contratação.

4.21.1.1.5 Receber Nota de Empenho e assinar o respectivo Contrato, conforme o caso.

4.21.1.1.6 Não possuir registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), cuja consulta é obrigatória para a celebração da contratação, nos termos do artigo 6º-A, da Lei 10.522/2002, e do artigo 11-A, III, da Portaria PGFN n.º 819/2023.

4.21.1.2 Firmada a contratação, a(o) CONTRATADA(O) deve atender às seguintes obrigações:

4.21.1.2.1 Obrigações gerais:

4.21.1.2.1.1 Indicar, no prazo de assinatura do Contrato ou de recebimento da Nota de Empenho, conforme o caso, **2 (dois) dias úteis**, Preposta(o) para representá-la(o) na execução do objeto contratual, com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, reservando-se ao TRE-SE o direito de determinar, motivadamente e a qualquer tempo, a sua substituição (em igual prazo), caso em que a(o) CONTRATADA(O) deverá indicar outra(o) Representante.

4.21.1.2.1.2 Fornecer os objetos cumprindo os parâmetros e rotinas estabelecidos no Edital, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

4.21.1.2.1.3 Responsabilizar-se no sentido de cumprir o que determina a legislação de âmbito federal, estadual e municipal, pertinente ao objeto contratado.

4.21.1.2.1.4 Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes à contratação, inclusive pela entrega e pelo descarregamento.

4.21.1.2.1.5 Prestar assistência técnica gratuita durante o prazo de garantia, nos termos e prazos definidos no Anexo "Especificações Técnicas".

4.21.1.2.1.5.1 A garantia deve ser de **4 (quatro) anos** contados do recebimento definitivo do objeto.

4.21.1.2.1.5.2 A(O) CONTRATADA(O) deve fornecer um meio de comunicação com vistas ao acionamento da garantia, podendo ser, no mínimo, qualquer um dos meios abaixo:

a) endereço de e-mail;

b) Sistema informatizado acessado via web.

c) número de telefone local, que permita chamada a cobrar ou 0800.

4.21.1.2.1.6 Quaisquer alegações, por parte da(o) fornecedora(fornecedor), contra instalações (ambiente inadequado, rede elétrica, rede lógica) ou contra usuárias(os) (mau uso, etc.) do TRE-SE devem ser comprovadas tecnicamente através de laudos detalhados e conclusivos, emitidos pela(o) fabricante do equipamento, os quais deverão ser homologados e reconhecidos pela equipe técnica do TRE-SE;

4.21.1.2.1.7 Não serão admitidas omissões baseadas em suposições técnicas sem fundamentação, na "experiência" das(os) técnicas(os) ou em alegações baseadas em exemplos de terceiras pessoas. Enquanto não for efetuado o laudo e ele não demonstrar claramente os problemas alegados, a(o) fornecedora(fornecedor) deve prosseguir com o atendimento dos chamados.

4.21.1.2.1.8 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de **30 (trinta) dias**, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

4.21.1.2.1.9 Manter, durante a vigência/execução contratual, todas as condições exigidas para a contratação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

4.21.1.2.1.10 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e pelas demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto contratual.

4.21.1.2.1.11 Acatar as decisões, observações e sugestões feitas pelas(os) agentes de fiscalização do TRE-SE, que serão formuladas por escrito e enviadas, preferencialmente, por meio de comunicação eletrônica (*e-mail*).

- 4.21.1.2.1.12 Facilitar o pleno exercício das funções exercidas pelas(os) agentes de fiscalização do TRE-SE, atendendo às solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações que o CONTRATANTE julgue necessárias e pertinentes ao objeto da contratação.
- 4.21.1.2.1.12.1 Os esclarecimentos solicitados pelas(os) agentes de fiscalização do TRE-SE deverão ser respondidos no prazo de **24 (vinte quatro) horas**. Pode ser fixado prazo diverso de acordo com a complexidade do caso.
- 4.21.1.2.1.13 Informar endereço eletrônico (*e-mail*) e número de telefone que disponha da funcionalidade WhatsApp para realização de tratativas durante a execução da contratação, como também para receber eventuais comunicações referentes a atos processuais.
- 4.21.1.2.1.14 Apresentar tempestivamente toda a documentação necessária à liquidação da despesa e ao pagamento.
- 4.21.1.2.1.14.1 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a(o) CONTRATADA(O) deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da(o) CONTRATADA(O); 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 4.21.1.2.1.15 Observar a Lei nº 13.709/2018 e as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE-SE, instituído pela Resolução 120/2015 TRE-SE, disponível em: <https://www.tre-se.jus.br/institucional/etica-e-integridade/etica-profissional-e-disciplina>.
- 4.21.1.2.1.16 Assinar **Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no TRE-SE, e cuidar para que todas(os) as(os) empregadas(os) diretamente associadas(os) à contratação assinem o **Termo de Ciência**, ambos anexados ao Ato Convocatório.
- 4.21.1.2.1.16.1 O acesso às dependências do TRE-SE está condicionado ao atendimento da exigência indicada no item **4.21.1.2.1.16**.

4.21.1.2.2 Obrigações aplicáveis em razão da natureza do objeto contratado:

4.21.1.2.2.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá cumprir as condições e obrigações previstas nos demais Anexos ao Ato Convocatório, com destaque para aquelas constantes das "Especificações Técnicas".

4.21.1.3 Vedações aplicáveis à(ao) CONTRATADA(O):

- 4.21.1.3.1 Veicular publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.
- 4.21.1.3.2 Subcontratar ou sub-rogar (ceder ou transferir) total ou parcialmente a contratação.
- 4.21.1.3.3 Caucionar ou utilizar o Contrato e/ou a Nota de Empenho para qualquer operação financeira.
- 4.21.1.3.4 Interromper a execução da avença sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

4.22 Estimativa de Preços

4.22.1 A estimativa de preços está disposta na **Tabela 1** – Objeto detalhado, do item **1.2.1**.

4.23 Adequação Orçamentária

4.23.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, a cargo do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cujas dotações orçamentárias, descritas abaixo, constarão do Termo de Contrato e da respectiva Nota de Empenho.

Programa(s) de Trabalho	02.122.0033.20GP.0028/Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral. PTRES: 167686.
Natureza da Despesa	Investimentos.
Fonte de Recursos	1000 ou 1027.
Elemento de Despesa	449052 - Equipamentos e Material Permanente.
Plano Interno	INV EQUTIC.

Tabela 7 – Adequação orçamentária

4.24 Reajuste de Preços

- 4.24.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de **1 (um) ano** contado da data do orçamento estimado (conforme *DEMONSTRATIVO - PESQUISA DE PREÇOS - VALOR DE REFERÊNCIA*, oriundo da SEACO).
- 4.24.2 Após o interregno de **1 (um) ano**, os preços iniciais poderão ser reajustados, com base no IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 4.24.3 Ocorrendo atraso atribuível à(ao) CONTRATADA(O), antecipação ou prorrogação na realização dos fornecimentos ou na execução das obras ou serviços, conforme o caso, o reajuste obedecerá as condições previstas no artigo 6º do Decreto nº 1.054/94.

4.25 Vigência da Contratação

4.25.1 A contratação vigorará por **120 (cento e vinte) dias** contados da assinatura do Contrato ou do recebimento da Nota de Empenho.

4.26 Sanções Administrativas Relacionadas à Contratação

4.26.1 Infrações e Sanções Administrativas

4.26.1.1. Configuram infrações administrativas às quais está sujeita(o) a(o) ADJUDICATÁRIA(O) ou a(o) CONTRATADA(O), nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021:

- 4.26.1.1.1 Dar causa à inexecução parcial da contratação.
- 4.26.1.1.2 Dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- 4.26.1.1.3 Dar causa à inexecução total da contratação.
- 4.26.1.1.4 Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 4.26.1.1.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado.
- 4.26.1.1.6 Prestar declaração falsa durante a execução da contratação.
- 4.26.1.1.7 Praticar ato fraudulento na execução da contratação.
- 4.26.1.1.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- 4.26.1.1.9 Praticar ato lesivo previsto nos incisos I, II, III, IV, "d", "e", "f" e "g", do [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

4.26.1.2 O TRE-SE, eventualmente verificadas as infrações referidas no item 4.26.1, poderá aplicar à(ao) CONTRATADA(O) as seguintes sanções administrativas:

- 4.26.1.2.1 Advertência.
- 4.26.1.2.2 Multa.
- 4.26.1.2.3 Impedimento de licitar e contratar.

4.26.1.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

4.26.1.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

4.26.1.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.

4.26.1.3.2 As peculiaridades do caso concreto.

4.26.1.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

4.26.1.3.4 Os danos que da infração provierem para a Administração Pública.

4.26.1.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4.26.1.4 Relação entre os tipos de penalidade e hipóteses de aplicabilidade:

Penalidade	Hipótese(s) de aplicabilidade	Observação	Competência para aplicação	Dosimetria
Advertência	Dar causa à inexecução parcial da contratação, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.	Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.	Gestão/Fiscalização da Contratação	Na aplicação das sanções serão considerados: <ul style="list-style-type: none">A natureza e a gravidade da infração cometida.As peculiaridades do caso concreto.As circunstâncias agravantes ou atenuantes.Os danos que dela provierem para o TRE-SE.A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Multa	Todas aquelas previstas reproduzidas no item 4.26.1 deste Instrumento.	1. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação. 2. As multas a que alude este Instrumento não impedem que a Administração promova a extinção unilateral da contratação e/ou aplique este tipo de sanção cumulativamente com as demais. 3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si. 4. Quadro elucidativo (infrações, percentuais, base de cálculo) indicado no item 7.4.5 .	Diretora(Diretor) Geral do TRE-SE	
Impedimento de licitar e contratar	<ul style="list-style-type: none">Dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.Dar causa à inexecução total da contratação.Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta.Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado.	1. A aplicação do <i>Impedimento de licitar e contratar</i> só se efetivará quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá a(o) responsável de licitar ou contratar no âmbito da União pelo prazo máximo de 3 (três) anos (Art. 156, § 4º, da Lei 14.133/2021). 2. Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.	Diretora(Diretor) Geral do TRE-SE	
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar	<ul style="list-style-type: none">Prestar declaração falsa durante a execução da contratação.Praticar ato fraudulento na execução da contratação.Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.	1. Desde que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o <i>Impedimento de licitar e contratar</i> , a Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pode ser aplicada também nas seguintes situações: <ul style="list-style-type: none">Dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.Dar causa à inexecução total da contratação.Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta.Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado. 2. A aplicação do sancionamento previsto nesta linha impedirá a(o) responsável de licitar ou contratar no âmbito de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (Art. 156, § 5º, da Lei 14.133/2021). 3. Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.	Presidente do TRE-SE	

Tabela 8 - Infrações e Penalidades

4.26.1.4.1. A aplicação das sanções previstas neste Instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

4.26.1.5. As condutas irregulares sujeitas à **multa**, bem como respectivos percentuais, deverão observar o disposto na tabela abaixo:

HIPÓTESE	INFRAÇÃO	PERCENTUAL MULTA	BASE DE CALCULO	OBSERVAÇÃO
1	Deixar de fornecer o objeto no prazo estabelecido.	1,0 % (um por cento) por dia de atraso contado do termo final estabelecido para o respectivo fornecimento, até o limite de 20% (vinte por cento).	valor GLOBAL do item contratado	Se o atraso para atendimento dessa exigência superar o intervalo de 20 (vinte) dias , a(o) CONTRATADA(O) incidirá na hipótese 2 desta Tabela.
2	Atrasar por mais de 20 (vinte) dias o fornecimento do objeto contratado.	de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento).	valor GLOBAL do item contratado	O TRE-SE poderá declarar a inexecução total do objeto e extinguir a contratação se o atraso for superior a 20 (vinte) dias .
3	Recusar injustificadamente o cumprimento de determinação da Gestão da contratação.	0,5% (cinco décimos por cento), por ocorrência.	valor GLOBAL do item contratado	Até o limite de 30% (trinta por cento) do item contratado.
4	Descumprir imotivadamente obrigação estabelecida neste Instrumento e no Contrato, após reincidência formalmente notificada pela Gestão da contratação.	0,7% (sete décimos por cento), por evento contado da segunda ocorrência.	valor GLOBAL do item contratado	Até o limite de 30% (trinta por cento) do item contratado.

Tabela 9 - Infrações sujeitas à aplicação de multas

4.26.1.6. A aplicação de **multa de mora** não impedirá que o TRE-SE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da contratação com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Instrumento.

4.26.1.7. As regras e os procedimentos acerca da instauração e da tramitação de processo administrativo sancionatório para aplicação das sanções administrativas previstas neste Instrumento estão indicadas no Instrumento Contratual.

5. REQUISITOS TÉCNICOS

5.1 Os requisitos e as exigências técnicas referentes aos itens desta contratação estão descritos no anexo "Especificações Técnicas".

ANEXO II
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

NOTAS EXPLICATIVAS	a) Por definição, em geral, todas as exigências são mínimas, exceto em situações específicas, quando o texto vier acrescido da expressão “no máximo”: neste caso, a funcionalidade exigida poderá assumir, no máximo, o valor indicado;
	b) Os termos “provê(r)”, “possibilita(r)”, “possui(r)”, “permite(ir)”, “suporta(r)”, “utiliza(r)”, “proporciona(r)” e “é” implicam no fornecimento de todos os elementos necessários à implementação da funcionalidade citada.
	c) O termo “ou” implica que a especificação técnica mínima dos bens/serviços pode ser atendida por somente uma das opções.
	d) Aceitabilidade de documentos comprobatórios: CATÁLOGOS, MANUAIS, FOLHETOS TÉCNICOS, PÁGINA NA WEB ou DECLARAÇÃO DA(O) FABRICANTE (desde que ela(e) não seja a(o) própria(o) licitante), que comprovem o atendimento das especificações exigidas no descritivo do equipamento/produto, com identificação da localização da informação (página/documento).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PRAZOS
1	SCANNER A3	Unidade	02	Entrega: 60 (sessenta) dias Garantia: 4 (quatro) anos
2	SCANNER PLANETÁRIO A3	Unidade	01	Entrega: 60 (sessenta) dias Garantia: 4 (quatro) anos

1. Scanner A3

1.1 Requisitos Gerais

- 1.1.1 Deverá ser novo e fazer parte de catálogo de produtos comercializados pela(o) fabricante e não ter sido descontinuado até a data de realização da licitação.
- 1.1.2 Não serão aceitos scanners de fabricação doméstica.
- 1.1.3 Deverá ser fornecido pela(o) fabricante ou por distribuidora(distribuidor) autorizada(o)/credenciada(o)/revendedora(revendedor) por ela(e) autorizada(o)/credenciada(o).
- 1.1.4 O scanner deverá possuir certificação de segurança elétrica conforme uma das seguintes normas ou equivalentes:
 - a) IEC 60950-1:2005 ou IEC 62368-1;
 - b) UL 60950-1 ou UL 62368-1;
 - c) CSA C22.2 No. 60950-1 ou CSA/UL 62368-1;
 - d) ABNT NBR IEC 60950-1:2005 ou ABNT NBR IEC 62368-1.
- 1.1.4.1 A conformidade deverá ser comprovada por meio de atestados ou certidões, demonstrando aderência ao padrão de segurança de equipamentos de tecnologia da informação.
- 1.1.4.2 Alternativamente, poderá ser apresentada certificação Energy Star ou EPEAT para comprovação de eficiência energética.
- 1.1.5 O scanner A3 deverá ser fornecido de acordo com os modelos de referência indicados no item **1.5** ou similar que atenda aos requisitos deste Instrumento.

1.2 Requisitos Técnicos Mínimos

- 1.2.1 Deve possuir velocidade de 60 ppm (simplex) ou superior e 120 ipm (duplex) ou superior.
- 1.2.2 Deve possuir capacidade de digitalização duplex (frente e verso) em única passagem.
- 1.2.3 Deve possuir resolução ótica mínima de 600 dpi/ppi.
- 1.2.4 Deve possuir capacidade de ciclo diário mínima de 25.000 páginas/dia, podendo atingir até 100.000 páginas/dia.
- 1.2.5 Deve possuir alimentador automático de documentos (ADF) com capacidade mínima de 300 folhas (papel 80 g/m²).
- 1.2.6 Deve possuir detecção ultrassônica ou tecnologia equivalente para identificação de alimentação múltipla.
- 1.2.7 Deve possuir conectividade mínima USB 3.1 (ou superior) e Ethernet (1000 Mbps).

1.2.8 Deve possuir capacidade para digitalizar documentos no tamanho de 305 mm × 4,06 m ou superior (inclui o A3), e no tamanho de 63,5 mm × 71,1 mm ou menores (inclui menores que A8).

1.2.9 Deve possuir suporte à gramatura de papel iniciando em, no mínimo, 27 g/m² ou 34 g/m² ou 52 g/m², conforme projeto mecânico da(o) fabricante, e atingindo, no máximo, 105g/m² ou 210 g/m² ou 413 g/m² ou 570 g/m².

1.2.10 Deve possuir alimentação elétrica comutada, com tensão de entrada entre 100–240 V e frequência de 50–60 Hz.

1.2.11 Deve possuir consumo de energia inferior a 121 W em operação e inferior a 31 W em modo de espera.

1.2.12 Deve possuir dimensões máximas (com tolerância de +10%) em relação aos valores indicativos: altura ~362 mm; largura ~460 mm; profundidade ~446 mm; e peso de 33 kg.

1.2.13 Deve permitir a geração de arquivos nos seguintes formatos, no mínimo: BMP, JPEG, TIFF e PDF pesquisável.

1.2.14 Deve possuir compatibilidade com Windows 11 ou superior, com drivers TWAIN ou ISIS.

1.2.15 Deve possuir painel de controle composto por tela colorida sensível ao toque ou painel físico com botões e indicadores de status.

1.2.16 Deve possuir software de processamento e aprimoramento de imagem com, no mínimo, as seguintes funções:

a) Limiar adaptativo;

b) Adição e/ou remoção de bordas;

c) Corte;

d) Balanço de branco automático;

e) Corte e orientação automáticos;

f) Ajuste automático de brilho e contraste;

g) Detecção e balanceamento automático de cores;

h) Leitura de código de barras;

i) Suavização de cor de fundo;

j) Remoção de ruído de pixel isolado.

1.3 Requisitos de Manutenção e Suporte

1.3.1 As **manutenções**, durante o período de garantia, deverão ser realizadas nas dependências da Sede Administrativa do Tribunal (CENAF, Lote 7, Variante 2, Bairro Capucho – Aracaju/SE – 49081-000 – Brasil), em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), no horário de expediente do Tribunal, por profissionais especializadas(os), e deverão cobrir todo e qualquer defeito apresentado. Essas manutenções incluirão o fornecimento e a substituição de peças e/ou componentes, ajustes, reparos e correções necessárias para o correto funcionamento do equipamento, sem qualquer ônus para o TRE-SE, com início do atendimento até o próximo dia útil após a abertura do chamado.

1.3.1.1 A prestação dos serviços deverá ser efetuada pela equipe da(o) fabricante ou por sua rede autorizada/credenciada.

1.3.2 Os serviços de suporte técnico deverão ser solicitados mediante abertura de chamado por técnicas(os) do Tribunal, via chamada telefônica local, a cobrar ou 0800, e-mail, website ou chat da(o) fabricante ou da empresa autorizada, sempre em português e em horário comercial, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira).

1.3.3 A(O) fabricante ou sua rede autorizada/credenciada, no momento da abertura da solicitação, deverá fornecer número de protocolo para acompanhamento do chamado.

1.3.4 O número de requisições de suporte deverá ser ilimitado.

1.3.5 O suporte técnico, exceto quando envolver a substituição de componentes de hardware, poderá ser realizado por telefone ou por meio de acesso remoto seguro — com autenticação, criptografia e rastreabilidade — ou por outro meio eletrônico previamente autorizado, sem qualquer custo adicional ao CONTRATANTE.

1.3.6 Quando aplicável, a **orientação técnica** para mitigação ou contorno de falhas críticas deverá ser prestada com início do atendimento até o próximo dia útil após a abertura do chamado. A aplicação de atualizações ou correções definitivas dependerá da liberação oficial pela(o) fabricante, conforme o seu ciclo global de desenvolvimento e distribuição.

1.3.7 A garantia e o suporte técnico deverão obrigatoriamente contemplar:

a) O fornecimento e a substituição de peças e/ou componentes, ajustes, reparos e correções necessárias para o correto funcionamento do equipamento;

b) O fornecimento e a execução de atualizações evolutivas e corretivas de software para todos os componentes de software que integram o produto, abrangendo, mas não se limitando a, drivers, firmwares e sistemas operacionais embarcados. É mandatório que todos os softwares sejam entregues em suas versões mais recentes disponibilizadas pela(o) fabricante;

c) Orientação técnica para a aplicação das atualizações evolutivas e corretivas de software, bem como acompanhamento de falhas e esclarecimentos técnicos;

d) Mão de obra técnica especializada para execução dos serviços, quando aplicável;

e) Quando aplicável, custos logísticos e operacionais integralmente arcados pela(o) CONTRATADA(O), sem ônus para o Tribunal.

1.3.8 Quaisquer alegações contra instalações (ambiente inadequado, rede elétrica, rede lógica) ou contra usuárias(os) (mau uso etc.) do TRE-SE deverão ser comprovadas tecnicamente por meio de laudos detalhados e conclusivos, emitidos pela(o) fabricante do bem, os quais deverão ser homologados e reconhecidos pela equipe técnica do TRE-SE.

1.3.8.1 Não serão admitidas omissões baseadas em suposições técnicas sem fundamentação, na “experiência” de técnicos ou em alegações baseadas em exemplos de terceiras pessoas. Enquanto não for emitido o laudo e este não demonstrar claramente os problemas alegados, a(o) fabricante ou a sua rede autorizada/credenciada deverá prosseguir com o atendimento dos chamados.

1.4 Garantia

1.4.1 A garantia deverá ser fornecida pela(o) fabricante, sendo integral para todos os componentes e periféricos que compõem o objeto, com prazo de **4 (quatro) anos**, contados a partir da data do recebimento definitivo.

1.4.2 A(O) fornecedora(fornecedor) deverá apresentar comprovação (part number, código de identificação ou declaração da(o) fabricante) de que a garantia foi contraída diretamente com a(o) fabricante, devendo a referida comprovação ser apresentada junto com a proposta.

1.4.3 A prestação de serviços em garantia (manutenção) nos equipamentos deverá ocorrer diretamente pela(o) fabricante ou por sua rede autorizada/credenciada, na modalidade on-site.

1.4.3.1 O prazo máximo para a conclusão do serviço de manutenção (reparo) ou substituição de equipamentos em garantia será de **30 (trinta) dias** contados da abertura do chamado.

1.5 Modelos de Referência

1.5.1 Scanner W130 com rede.

1.5.2 Scanner Kodak Alaris S3060.

1.5.3 Scanner Canon DR-G2110.

1.5.4 Scanner Avison AD8120U.

1.5.5 Scanner RICOH fi-8820.

2. Scanner planetário A3

2.1 Requisitos Gerais

2.1.1 Deverá ser novo e fazer parte de catálogo de produtos comercializados pela(o) fabricante e não ter sido descontinuado até a data de realização da licitação.

2.1.2 Não serão aceitos scanners de fabricação doméstica.

2.1.3 Deverá ser fornecido pela(o) fabricante ou por distribuidora(distribuidor) autorizada(o)/credenciada(o)/revendedora(revendedor) por ela(e) autorizada(o)/credenciada(o).

2.1.4 O scanner planetário deverá ser fornecido de acordo com os modelos de referência indicados no item **2.5** ou similar que atenda aos requisitos deste Instrumento.

2.2 Requisitos Técnicos Mínimos

2.2.1 Deve possuir capacidade para digitalizar o formato A3 ou superior.

2.2.2 Deve possuir sistema óptico com resolução óptica mínima de 600 dpi/ppi, com iluminação por LED livre de radiação ultravioleta (UV) e infravermelha (IR), garantindo preservação do acervo. Aceitam-se câmeras de varredura linear ou matricial que cumpram esse requisito.

2.2.3 Deve possuir modo de captura colorido, preto & branco e tons de cinza.

2.2.4 Deve possuir profundidade de cores de 24 bits para cor e 8 bits para monocromático.

2.2.5 A alimentação elétrica deverá ser de 100–240 VCA, 50/60 Hz, ou através da porta USB (5 VCC).

2.2.6 O tempo de varredura para uma página não deve exceder 10 segundos.

2.2.7 Deve dispor de suporte de livros angular (modo em “V”) e/ou plano, com sistema de vidro ou pressão controlada, podendo ser motorizado ou manual, de forma a evitar danos ao acervo.

2.2.8 A temperatura operacional deve estar entre 5 °C e 40 °C, e a umidade relativa entre 20 % e 80 % (sem condensação).

2.2.9 Deve possuir conectividade USB 2.0 ou superior.

2.2.10 O equipamento deverá dispor de interface de operação integrada ao próprio equipamento ou por meio de estação de trabalho dedicada fornecida em conjunto, atendendo cumulativamente aos seguintes requisitos:

a) Tela de, no mínimo, 19 polegadas;

b) Sistema de controle e processamento embarcado ou via estação de trabalho, com processador de desempenho equivalente ou superior a Intel Core i3 ou AMD RYSEN 5, armazenamento em unidade de estado sólido (SSD) de, no mínimo, 240 GB, e memória RAM de, no mínimo, 8 GB;

c) Interface de rede Ethernet de, no mínimo, 1 Gbps, integrada ao equipamento ou à estação de trabalho.

2.2.11.1 Quando a interface e/ou o processamento não forem embarcados no próprio equipamento, a estação de trabalho, com todos os componentes acima especificados, deverá ser fornecida pela(o) CONTRATADA(O) como parte integrante do objeto, sem custo adicional.

2.2.12 Deve permitir a geração, de forma nativa ou por meio de software fornecido em conjunto com o equipamento, de arquivos nos seguintes formatos, no mínimo: JPEG, TIFF e PDF.

2.2.13 Deve possuir software de processamento e aprimoramento de imagem com, no mínimo, as seguintes funções:

a) Limiar adaptativo ou binarização com limiar;

b) Adição e/ou remoção de bordas ou recorte e margens configuráveis;

c) Corte;

d) Balanço de branco automático;

e) Corte e orientação automáticos;

f) Ajuste automático de brilho e contraste;

g) Detecção e balanceamento automático de cores;

h) Suavização de cor de fundo ou filtros para remoção de fundo;

i) Modo de varredura contínua;

j) Remoção de ruído de pixel isolado ou filtros de limpeza de ruído.

2.3 Requisitos de Manutenção e Suporte

2.3.1 As manutenções, durante o período de garantia, deverão ser realizadas, nas dependências da Sede Administrativa do Tribunal (CENAF, Lote 7, Variante 2, Bairro Capucho – Aracaju/SE – 49081-000 – Brasil), em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), no horário de expediente do Tribunal, por profissionais especializada(o)s, e deverão cobrir todo e qualquer defeito apresentado. Essas manutenções incluirão o fornecimento e a substituição de peças e/ou componentes, ajustes, reparos e correções necessárias para o correto funcionamento do equipamento, sem qualquer ônus para o TRE-SE, com início do atendimento até o próximo dia útil após a abertura do chamado.

2.3.1.1 A prestação dos serviços deverá ser efetuada pela equipe da(o) fabricante ou por sua rede autorizada/credenciada.

2.3.2 Os serviços de suporte técnico deverão ser solicitados mediante abertura de chamado por técnicas(os) do Tribunal, via chamada telefônica local, a cobrar ou 0800, e-mail, website ou chat da(o) fabricante ou da empresa autorizada, sempre em português e em horário comercial, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira).

2.3.3 A(O) fabricante ou sua rede autorizada/credenciada, no momento da abertura da solicitação, deverá fornecer número de protocolo para acompanhamento do chamado.

2.3.4 O suporte técnico, exceto quando envolver a substituição de componentes de hardware, poderá ser realizado por telefone ou por meio de acesso remoto seguro — com autenticação, criptografia e rastreabilidade — ou por outro meio eletrônico previamente autorizado, sem qualquer custo adicional ao CONTRATANTE.

2.3.5 Quando aplicável, a orientação técnica para mitigação ou contorno de falhas críticas deverá ser prestada com início do atendimento até o próximo dia útil após a abertura do chamado. A aplicação de atualizações ou correções definitivas dependerá da liberação oficial pela(o) fabricante, conforme o seu ciclo global de desenvolvimento e distribuição.

2.3.6 A garantia e o suporte técnico deverão obrigatoriamente contemplar:

a) O fornecimento e a substituição de peças e/ou componentes, ajustes, reparos e correções necessárias para o correto funcionamento do equipamento;

b) O fornecimento e a execução de atualizações evolutivas e corretivas de software para todos os componentes de software que integram o produto, abrangendo, mas não se limitando a, drivers, firmwares e sistemas operacionais embarcados. É mandatório que todos os softwares sejam entregues em suas versões mais recentes disponibilizadas pela(o) fabricante;

c) Orientação técnica para a aplicação das atualizações evolutivas e corretivas de software, bem como acompanhamento de falhas e esclarecimentos técnicos;

d) Mão de obra técnica especializada para execução dos serviços, quando aplicável;

e) Quando aplicável, custos logísticos e operacionais integralmente arcados pela(o) CONTRATADA(O), sem ônus para o Tribunal.

2.3.7 Quaisquer alegações contra instalações (ambiente inadequado, rede elétrica, rede lógica) ou contra usuária(o)s (mau uso, etc.) do TRE-SE deverão ser comprovadas tecnicamente por meio de laudos detalhados e conclusivos, emitidos pela(o) fabricante do bem, os quais deverão ser homologados e reconhecidos pela equipe técnica do TRE-SE.

2.3.7.1 Não serão admitidas omissões baseadas em suposições técnicas sem fundamentação, na “experiência” de técnicos ou em alegações baseadas em exemplos de terceiras pessoas. Enquanto não for emitido o laudo e este não demonstrar claramente os problemas alegados, a(o) fabricante ou a sua rede autorizada/credenciada deverá prosseguir com o atendimento dos chamados.

2.4 Garantia

2.4.1 A garantia deverá ser fornecida pela(o) fabricante, sendo integral para todos os componentes e periféricos que compõem o objeto, com prazo de **4 (quatro) anos**, contados a partir da data do recebimento definitivo.

2.4.2 A(O) fornecedora(fornecedor) deverá apresentar comprovação (part number, código de identificação ou declaração da(o) fabricante) de que a garantia foi contraída diretamente com a(o) fabricante, devendo a referida comprovação ser apresentada junto com a proposta.

2.4.3 A prestação de serviços em garantia (manutenção) nos equipamentos deverá ocorrer diretamente pela(o) fabricante ou por sua rede autorizada/credenciada, na modalidade on-site.

2.4.3.1 O prazo máximo para a conclusão do serviço de manutenção (reparo) ou substituição de equipamentos em garantia será de **30 (trinta) dias** contados da abertura do chamado.

2.5 Modelos de Referência

2.5.1 Scanner Planetário: Scannertek Bookscanner (A3).

2.5.2 Scanner Planetário: BookTEK 5 V3 (A3).

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

Pelo presente instrumento o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, sediado no Centro Administrativo Governador Augusto Franco - CENAF, Lote 7, Variante 2, Bairro Capucho - CEP 49081-000 - Aracaju/SE , CNPJ nº 06.015.356/0001-85, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a NOME DA EMPRESA, sediada na RUA – BAIRRO – CEP XXXX – CIDADE/ESTADO, CNPJ nº XXXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA(O)**;

CONSIDERANDO que, em razão da **NOTA DE EMPENHO Nº XXXXX**, doravante denominada **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, a(o) **CONTRATADA(O)** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade do **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 – OBJETO

1.1. Constitui objeto deste TERMO, o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela(o) CONTRATADA(O), no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pelo CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL** celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

2.1. Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

I - **INFORMAÇÃO**: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

II - **INFORMAÇÃO SIGILOSA**: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

III - **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**: instrumento de formalização da contratação, ao qual este TERMO se vincula.

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

3.1. Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada, ou não, nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelas(os) suas(eus) empregadas(os), a(o) CONTRATADA(O) venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL** celebrado entre as partes.

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

4.1. As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da(o) CONTRATADA(O);

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiras pessoas, estranhas ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

5.1. As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiras pessoas, bem como a não permitir que qualquer empregada(o) envolvida(o) direta ou indiretamente na execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

Parágrafo Primeiro – A(O) CONTRATADA(O) se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A(O) CONTRATADA(O) compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregadas(os) que atuarão direta ou indiretamente na execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL** sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A(O) CONTRATADA(O) deverá firmar acordos por escrito com suas(eus) empregadas(os) visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A(O) CONTRATADA(O) obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiras pessoas, exceto se devidamente autorizada(o) por escrito pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A(O) CONTRATADA(O) obriga-se por si, sua(eu) controladora(controlador), suas(eus) controladas(os), coligadas(os), representantes, procuradoras(es), sócias(os), acionistas e cotistas, por terceiras pessoas eventualmente consultadas, suas(eus) empregadas(os), contratadas(os) e subcontratadas(os), assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à(ao) CONTRATADA(O), direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

Parágrafo Sexto – A(O) CONTRATADA(O), na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiras pessoas, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por suas(eus) agentes, representantes ou por terceiras pessoas;

III – Comunicar à(ao) CONTRATADA(O), de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da(o) CONTRATADA(O), terão acesso às informações sigilosas.

6 – VIGÊNCIA

6.1. O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a(o) CONTRATADA(O) teve acesso em razão do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

7 – PENALIDADES

7.1. A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**. Neste caso, a(o) CONTRATADA(O), estará sujeita(o), por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste Instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a(o) CONTRATADA(O) manifesta sua concordância no sentido de que:

I – O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da(o) CONTRATADA(O);

II – A(O) CONTRATADA(O) deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a(o) CONTRATADA(O) não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a(o) CONTRATADA(O), serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização através de instrumento próprio;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9 – FORO

9.1. O CONTRATANTE elege a Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO.

10 – ASSINATURA

10.1. E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado.

CONTRATADA(O)
<div><Nome></div> <div><Qualificação></div>

ANEXO IV

TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal da(o)(s) empregada(o)(s) da(o) CONTRATADA(O) diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no TRE-SE.

No caso de substituição ou inclusão de empregada(o)(s) da(o) CONTRATADA(O), a(o) preposta(o) deverá entregar à(ao) Fiscal Administrativa(o) da Contratação os Termos de Ciência assinados pela(o)(s) nova(o)(s) empregada(o)(s) envolvida(o)(s) na execução dos serviços ou fornecimento de bens contratados.

1 – IDENTIFICAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO			
INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO Nº			
OBJETO			
CONTRATADA(O)	< Nome da(o) CONTRATADA(O)>	CNPJ	
PREPOSTA(O)			
GESTORA(GESTOR) DA CONTRATAÇÃO		MATRÍCULA	

2 – CIÊNCIA

2.1 Por este Instrumento, a(o)(s) funcionária(o)(s) abaixo identificada(o)(s) declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes do CONTRATANTE.

FUNCIONÁRIA(O)(S) DA(O) CONTRATADA(O)		
Nome	Matrícula	Assinatura

ANEXO V

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

INTRODUÇÃO

O Termo de Recebimento Provisório declarará formalmente à(ao) CONTRATADA(O) que os serviços foram prestados ou que os bens foram recebidos para posterior análise da conformidades e da qualidade, baseadas nos requisitos e nos critérios de aceitação definidos no modelo de gestão da contratação.

1 – IDENTIFICAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO			
INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO Nº		Mês/Ano	
CONTRATADA(O)	< Nome da(o) CONTRATADA(O)>	CNPJ	

Nº DA NOTA FISCAL	
DATA DA EMISSÃO	

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/BENS E VOLUMES DE EXECUÇÃO

ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/BENS E VOLUMES DE EXECUÇÃO			
SOLUÇÃO DE TIC			
<Descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao Contrato/Nota de Empenho anteriormente identificado/a>			
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE
1	<Descrição igual ao da Nota Fiscal >		
TOTAL DE ITENS			

3 – RECEBIMENTO

3.1 Por este Instrumento, atesta-se que os <serviços / bens> correspondentes à <NOTA FISCAL> acima identificada, conforme definido no Modelo de Execução do Instrumento de Contratação supracitado, foram recebidos provisoriamente na presente data e serão objeto de avaliação por parte do **CONTRATANTE** quanto à adequação da entrega às condições contratuais, de acordo com os critérios de aceitação previamente definidos no modelo de gestão da contratação.

Ressalta-se que o recebimento definitivo destes serviços/bens ocorrerá após a verificação dos requisitos e demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Instrumento de Contratação acima identificado que ensejem correções por parte da(o) **CONTRATADA(O)**.

4 – ASSINATURAS

<Nome da(o) Fiscal Técnica(o) da Contratação>
Matrícula: xxxxxx

<Nome da(o) Fiscal Demandante>
Matrícula: xxxxxxxx

ANEXO VI

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

INTRODUÇÃO

O Termo de Recebimento Definitivo declarará formalmente à(ao) CONTRATADA(O) que os serviços prestados ou que os bens fornecidos foram devidamente avaliados e atendem aos requisitos estabelecidos e aos critérios de aceitação.

1 – IDENTIFICAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO			
INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO Nº			Mês/Ano
CONTRATADA(O)	< Nome da(o) CONTRATADA(O)>	CNPJ	
Nº DA NOTA FISCAL			
DATA DA EMISSÃO			

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/BENS E VOLUME DE EXECUÇÃO

ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/BENS E VOLUME DE EXECUÇÃO			
SOLUÇÃO DE TIC			
<Descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao Contrato/Nota de Empenho anteriormente identificado/a>			
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE
1	<Descrição igual à da Nota Fiscal >		
TOTAL DE ITENS			

3 – ATESTE DE RECEBIMENTO

3.1 Por este Instrumento atesta-se, que os <serviços / bens> correspondentes à <NOTA FISCAL> acima identificada foram <prestados/entregues> pela(o) **CONTRATADA(O)** e atendem às condições contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do Termo de Referência do Instrumento de Contratação acima indicado.

4 – VALOR A LIQUIDAR

4.1 O valor a liquidar correspondente à <NOTA FISCAL> acima identificada monta em R\$ <valor> (<valor por extenso>).

5 – ASSINATURAS

<Nome da(o) Fiscal Técnica(o) da Contratação>
Matrícula: xxxxxx

<Nome da(o) Fiscal Demandante>
Matrícula: xxxxxxxx

ANEXO VII
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº XX/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, E A EMPRESA XXXX, PARA AQUISIÇÃO DE SCANNERS DIGITAIS.

CONTRATANTE: A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Lote 7, Variante 2, Aracaju/SE, CEP 49.081-000, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 06.015.356/0001-85, neste ato representada pela(o) Exma(o). Senhora(Senhor) Presidente, **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**.

CONTRATADA(O): _____, inscrita(o) no CNPJ (MF) sob nº _____, estabelecida(o) na (endereço completo, com CEP), representada(o) por sua(seu) (cargo), Senhora(Senhor) (**NOME COMPLETO**), portadora(portador) da Cédula de identidade nº (informar número e órgão expedidor), CPF (MF) nº (informar número), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social.

Os **CONTRATANTES**, em observância às disposições da Lei 14.133/2021, da Lei 13.709/2018, da Lei 8.078/1990, da Lei 12.682/2021, das Resoluções TSE 23.644/2021 e 23.702/2022, das Resoluções CNJ 347/2020 e 468/2022, das Resoluções TRE-SE 120/2015 e 10/2019, do Decreto-Lei 2.848/1940, do Decreto 11.246/2022, da IN SLTI/MP 01/2010, da IN SGD/ME 94/2022 e da IN SEGES/ME 73/2022, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90015/2025**, processos SEI 0004617-83.2025.6.25.8000 e 0007523-46.2025.6.25.8000, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1** O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE SCANNERS DIGITAIS**, conforme especificações definidas no Edital do **Pregão Eletrônico nº 90015/2025** e na **proposta da(o) CONTRATADA(O)**, os quais - independentemente de transcrição, vinculam este Contrato.
- 1.2** A caracterização do objeto contratado, com o detalhamento dos respectivos requisitos e da garantia, encontra-se disciplinada no Anexo "Especificações Técnicas".

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA, DO FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO

- 2.1** A contratação terá vigência de **120 (cento e vinte) dias** contados da assinatura deste Instrumento.
- 2.2** Os produtos deverão ser entregues na Seção de Gestão de Documentos Eletrônicos e Arquivos - SEDEA, localizada na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, com endereço no Centro Administrativo Governador Augusto Franco - CENAF, Lote 7, Variante 2, Bairro Capucho - CEP 49081-000 - Aracaju/SE, no horário das 7h às 13h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.
- 2.2.1** O prazo de entrega é de **até 60 (sessenta) dias** contados da assinatura deste Instrumento.
- 2.2.2** Os custos com a entrega/d Descarregamento do objeto correm às expensas da(o) **CONTRATADA(O)**.
- 2.2.3** Caso o produto seja de origem importada, a(o) **CONTRATADA(O)** deverá, no momento da entrega do objeto, declarar se o adquiriu no mercado interno ou, diretamente, no mercado externo, quando deverá comprovar plena quitação dos tributos de importação a ele referentes, sob pena de extinção contratual e multa, conforme prescreve o artigo 3º, III, do Decreto 7.174/2010.
- 2.3** Os itens serão recebidos:
- 2.3.1 Provisoriamente**, de forma sumária, pela Gestão/Fiscalização da Contratação, com verificação posterior da conformidade do bem com as exigências contratuais.
- 2.3.1.1** Identificada a inconformidade do bem, a(o) **CONTRATADA(O)** terá **10 (dez) dias contados da comunicação** para atender as ocorrências apontadas pelas(os) fiscais técnicas(os).
- 2.3.2 Definitivamente**, pela(o) gestora(gestor) ou comissão designada pela autoridade competente, em até **15 (quinze) dias**, a contar do recebimento provisório **ou do saneamento das ocorrências nele apontadas**, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 2.3.3** Ao TRE-SE fica reservado o direito de recusar de pronto o bem que flagrantemente não esteja em conformidade com a descrição total do item, inclusive descrição complementar.
- 2.3.4** A Gestão/Fiscalização, exercida no interesse do TRE-SE, e os recebimentos provisório e definitivo não excluirão ou reduzirão a responsabilidade da(o) **CONTRATADA(O)** pela adequada execução do objeto pactuado ou pelos danos e prejuízos causados (por culpa ou dolo) ao TRE-SE ou a terceiras pessoas.
- 2.3.5** Nenhum prazo de recebimento correrá enquanto pendente a solução, pela(o) **CONTRATADA(O)**, de inconsistências verificadas na execução/entrega do objeto ou no instrumento de cobrança.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO E DA GESTÃO CONTRATUAL

- 3.1** A execução e a gestão do Contrato encontram-se disciplinadas nos item **4** do **Termo de Referência** vinculado a este Instrumento, conforme disposto a seguir:
- a) Obrigações do **CONTRATANTE** (item 4.20).
- b) Obrigações da(o) **CONTRATADA(O)** e suas vedações (item 4.21).
- c) Dinâmica da gestão e da execução (item 4.4).
- d) Fiscalização e acompanhamento da execução contratual (4.5).
- e) Infrações/sanções administrativas (item 4.26).
- 3.2** Os instrumentos formais de **comunicação** a serem utilizados durante a vigência contratual e a vigência da garantia estão listados abaixo:

MECANISMO	OBJETIVO	MEIO DE COMUNICAÇÃO
Ofício impresso	Enviar notificações e convocações administrativas à(ao) CONTRATADA(O) .	Correios.
E-mail	Enviar documentos, notificações e convocações administrativas à(ao) CONTRATADA(O) , enviar e receber informações de suporte técnico, esclarecimento de dúvidas técnicas ou administrativas, bem como para abertura de chamados técnicos.	Endereço de correio eletrônico a ser fornecido pela(o) CONTRATADA(O) . Este meio será utilizado de forma preferencial na etapa de fornecimento dos bens.
Chat	Abertura, registro e acompanhamento de chamados de suporte técnico.	Serviço de chat a ser eventualmente fornecido pela(o) CONTRATADA(O) .
Página de serviços na internet	Abertura, registro e acompanhamento de chamados de suporte técnico.	Página de serviços na internet a ser fornecida pela(o) CONTRATADA(O) .

Central telefônica/ telefone	Abertura, registro e acompanhamento de chamados de suporte técnico.	Número 0800 ou com DDD igual ao da sede do Contratante, preferencialmente. Atendimento em horário comercial.
Número de telefone móvel com acesso ao aplicativo WhatsApp	Enviar notificações e convocações administrativas à(ao) CONTRATADA(O), enviar e receber informações de suporte técnico, esclarecimento de dúvidas técnicas ou administrativas.	Número de telefone móvel a ser fornecido pela(o) CONTRATADA(O).

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

4.1 O valor total da contratação é de **R\$ _____ (_____)** e compreende XXX (quantidade) _____ (especificar o item).

4.2 Nos valores estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral da contratação.

4.3 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de **1 (um) ano** contado da data do orçamento estimado (conforme *DEMONSTRATIVO - PESQUISA DE PREÇOS - VALOR DE REFERÊNCIA*).

4.3.1 Após o interregno de **1 (um) ano**, os preços iniciais poderão ser reajustados, com base no IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.3.2 Ocorrendo atraso atribuível à(ao) CONTRATADA(O), antecipação ou prorrogação no fornecimento, o reajuste obedecerá as condições previstas no artigo 6º do Decreto nº 1.054/94.

CLÁUSULA QUINTA - DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

5.1 DA LIQUIDAÇÃO

5.1.1 A liquidação será efetivada em conformidade com o recebimento realizado pelas(os) agentes de fiscalização do TRE-SE e com base na Nota Fiscal (ou documento de cobrança equivalente) referente ao valor dos bens recebidos, apresentada pela(o) CONTRATADA(O) com os elementos necessários e essenciais, a exemplo de:

- a) prazo de validade;
- b) data da emissão;
- c) dados do Contrato e do órgão CONTRATANTE;
- d) período respectivo de execução contratual;
- e) valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.1.2 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal (ou documento de cobrança equivalente), ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a(o) CONTRATADA(O) providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao TRE-SE.

5.1.2.1 Qualquer incorreção na Nota Fiscal (ou documento de cobrança equivalente) comunicada à(ao) CONTRATADA(O) suspenderá o pagamento, até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao TRE-SE encargos financeiros adicionais.

5.1.3 Recebida a Nota Fiscal (ou documento de cobrança equivalente), correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis para fins de liquidação**, podendo ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais. ([IN SEGES/ME 77/2022, art. 7º](#)).

5.1.3.1 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo a que alude o item **5.1.3** será reduzido pela metade, mantida a possibilidade de prorrogação.

5.1.4 A Nota Fiscal (ou documento de cobrança equivalente) deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei 14.133/2021](#).

5.1.5 A(O) Gestora(Gestor) deverá realizar consulta ao Sicaf para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação ou proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.1.6 Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade da(o) CONTRATADA(O), será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

5.1.6.1 O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do TRE-SE.

5.1.6.2 Na hipótese de irregularidades atinentes às condições de habilitação, a(o) CONTRATADA(O) poderá apresentar documento/certidão válido(a) correspondente à situação com pendência no Sicaf.

5.1.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o TRE-SE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da(o) CONTRATADA(O), bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.1.8 Persistindo a irregularidade, o TRE-SE avaliará a adoção de medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à(ao) CONTRATADA(O) a ampla defesa.

5.1.9 Havendo a efetiva execução do objeto, o(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) normalmente, até que se decida pela extinção do Contrato, caso a(o) CONTRATADA(O) não regularize sua situação.

5.2 PRAZO DE PAGAMENTO

5.2.1 O pagamento será efetuado em até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa ([IN SEGES/ME 77/2022, art. 7º](#)).

5.2.1.1 O prazo de que trata o item **5.2.1** será reduzido à metade nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021](#).

5.2.1.1.1 O prazo referido no item **5.2.1.1** poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.2.1.2 A presente contratação **não** permitirá a antecipação de pagamento nem a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.

5.2.2 Na hipótese de não ocorrer o pagamento nos prazos, por causa atribuída exclusivamente ao TRE-SE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da fórmula "EM = N x VP x I", em que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = Índice de atualização financeira:

I = 6/100/365 (ou seja, taxa anual/100/365dias).

I = 0,0001644.

5.2.2.1 Salvo a atualização financeira prevista no item **5.2.2** não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

5.3 FORMA DE PAGAMENTO

5.3.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela(o) CONTRATADA(O).

5.3.2 Considera-se data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.3.3 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da(o) CONTRATADA(O), nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

5.3.4 Caso a(o) CONTRATADA(O) opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante deste Instrumento, deverá, por ocasião do(s) pagamento(s), comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto.

5.4 DAS RETENÇÕES NA FONTE

5.4.1 Os pagamentos a serem efetuados em favor da(o) CONTRATADA(O) estarão sujeitos às retenções na fonte do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB 1.234/2012 (e alterações), conforme determina o artigo 64 da Lei 9.430/1996 (e alterações).

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Fonte de Recursos:	1000 ou 1027.
Programa de Trabalho:	02.122.0033.20GP.0028/Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral. PTRES: 167686.
Natureza da Despesa:	Investimentos.
Elemento de Despesa:	449052 - Equipamentos e Material Permanente.
Plano Interno:	INV EQUTIC
Nota de Empenho:	202XNEXXXXXX.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 Dispensada na presente contratação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 As obrigações das partes estão contempladas no Termo de Referência vinculado a este Instrumento (itens **4.20** e **4.21**).

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1 As partes deverão cumprir a [Lei 13.709/2018](#) quanto a todos os dados pessoais a que eventualmente tenham acesso em razão do certame ou do Contrato administrativo, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2 A(O) CONTRATADA(O) e suas(seus) respectivas(os) empregadas(os) só estão autorizadas(os) a adentrar as dependências do TRE-SE após a assinatura, respectivamente, do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e do Termo de Ciência, ambos vinculados a este Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As hipóteses que configuram infração administrativa e que são, portanto, passíveis de sanção dessa natureza encontram-se definidas no item **4.26** do Termo de Referência vinculado a este Instrumento.

10.2 A aplicação das sanções ocorrerá em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à(ao) CONTRATADA(O), observando-se o procedimento previsto no item **10.5** deste Instrumento para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.3 Instauração e tramitação de processo administrativo sancionatório para aplicação das sanções administrativas:

10.3.1 Antes da aplicação da **multa** será facultada a defesa da(o) interessada(o) no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.3.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à(ao) CONTRATADA(O), além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia eventualmente prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.3.2.1 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4 A sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será precedida de análise jurídica e encerra competência exclusiva da(o) Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

10.5 A aplicação das sanções de **impedimento de licitar e contratar** e de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** requer a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 [duas(ois)] ou mais servidoras(es) estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a(o) CONTRATADA(O) para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.5.1 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a(o) CONTRATADA(O) poderá apresentar alegações finais no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da data da intimação.

10.5.1.1 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

10.5.2 A **prescrição** ocorrerá em **5 (cinco) anos**, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

10.5.2.1 Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item **10.5** deste Instrumento;

10.5.2.2 Suspensa:

10.5.2.2.1 pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

10.5.2.2.2 por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

10.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

10.7 A personalidade jurídica da(o) CONTRATADA(O) poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos às(aos) suas(seus) administradoras(es) e sócias(os) com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a(o) CONTRATADA(O), observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.8 O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis** contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.9 As sanções de **impedimento de licitar e contratar** e **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei 14.133/2012.

10.10 Os débitos da(o) CONTRATADA(O) para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a(o) CONTRATADA(O) possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022.

10.11 Da aplicação das sanções de **advertência, multa e impedimento de licitar e contratar** caberá **recurso** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contado da data da intimação.

10.11.1 O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida (vide tabela constante do Termo de Referência - item **4.26.1.4**), que, se não a reconsiderar no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis** contado do recebimento dos autos.

10.12 Da aplicação da sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** caberá apenas **pedido de reconsideração**, que deverá ser apresentado no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da data da intimação e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis** contados do seu recebimento.

10.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.13.1 Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

10.14 A intimação da(o) **CONTRATADA(O)** se dará por meio do(s) endereço(s) eletrônico(s) por ela informado e/ou através da imprensa oficial (DOU), conforme o caso e nas hipóteses previstas em lei, nos moldes indicados no item 3.2 deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS ALTERAÇÕES

11.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei 14.133/2021.

11.2 A(O) **CONTRATADA(O)** é obrigada(o) a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato**.

11.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (artigo 132 da Lei nº 14.133/2021).

11.4 Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.5 O Contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo-se, conforme o caso, às previsões dos artigos 138 e 139 do referido dispositivo legal.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a(o) **CONTRATADA(O)** poderá ser constituída(o) em mora, cabendo ao **CONTRATANTE** optar pela extinção do Contrato.

12.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

12.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

12.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

12.3.3 Indenizações e multas.

12.4 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

13.1 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE** segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#) e nas demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

14.1 Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao artigo 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao artigo 8º, § 2º, da Lei nº 12.527/2011.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA(O) REPRESENTANTE DA(O) CONTRATADA(O)

15.1 A(O) **CONTRATADA(O)** indica _____, CI _____, SSP/____, CPF/MF _____, para representá-la(o) na execução do objeto do presente Contrato, reservando-se ao **CONTRATANTE** o direito de determinar, motivadamente e a qualquer tempo, a sua substituição, caso em que a(o) **CONTRATADA(O)** deverá indicar outra(o) representante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VINCULAÇÃO

16.1 Integram este Contrato, independentemente de sua transcrição, o Ato convocatório do **Pregão Eletrônico nº 90015/2025**, seus anexos e a proposta da(o) **CONTRATADA(O)**, acompanhada da documentação que a respalda.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DA SUSPENSÃO

17.1 A contratação poderá ser suspensa, observados os termos dos artigos 115, §5º, e 147, da Lei 14.133/2021, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do **CONTRATANTE**, caso em que será comunicado à(ao) **CONTRATADA(O)**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DO FORO

18.1 Elege-se o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme artigo 92, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato, o qual, depois de lido, é assinado eletronicamente pelas(os) representantes das partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA(O)**.

(assinado e datado eletronicamente)
[NOME DA(O) DESEMBARGADORA(DESEMBARGADOR)]
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

(assinado e datado eletronicamente)
[NOME DA(O) REPRESENTANTE]
(Nome da Empresa)





Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE MOURA DE FIGUEIREDO DÉDA, Analista Judiciária(o)**, em 04/11/2025, às 12:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://sei.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
informando o código verificador **1774919** e o código CRC **C13CE972**.